

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE MARÇO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido Deputado Chico Vigilante, que acaba de entrar pontualmente – é o Deputado que chega todos os dias pontualmente a esta Casa –, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 18ª Sessão Ordinária;
- Ata da 19ª Sessão Ordinária.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno desta Casa, vou suspender a sessão por trinta minutos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Solicito aos Deputados que estão presentes em seus gabinetes que possam se dirigir ao plenário para darmos início à sessão ordinária de hoje.

Declaro suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 15h11min, a sessão é reaberta às 15h15min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas, servidores, servidoras, cidadãos e cidadãs que hoje nos prestigiam com suas presenças, nossos queridos membros da imprensa, dos meios de comunicação.

Inauguramos aqui hoje mais um dia de debates, discussões, votações. No Distrito Federal, estamos passando por diversas situações, mudanças que nos têm chamado bastante a atenção.

Eu gostaria hoje de dar informações a respeito do projeto de nossa autoria que foi aprovado na semana passada, o projeto do BRT – *Bus Rapid Transit*, que reserva 30% dos carros, em horário de pico, para as mulheres, dando continuidade a uma cultura que já existe no metrô e num modelo similar também a Goiânia, Belo Horizonte, Curitiba, Sorocaba – onde já existem, como nós aprovamos aqui, carros exclusivos para as mulheres no sistema BRT.

Hoje tivemos uma reunião muito produtiva com o Secretário de Mobilidade Urbana e conseguimos avançar bastante nas ideias para a aplicação desse projeto. A gente entende que, mais do que aprovar a lei, é preciso fazer com que essas leis que nós aprovamos aqui tenham eficácia. Isso é muito importante.

Para isso, a parceria entre o Legislativo e o Executivo é extremamente necessária. Ela é muito importante para que a gente possa ter um decreto de resolução, um decreto de regulamentação e portarias que possam atender às legislações que a gente aprova aqui. Ficamos muito felizes com a recepção do Secretário e vamos, em breve, ter um decreto de regulamentação dessa reserva de BRT.

Tivemos aqui alguns questionamentos – um debate, embora muito pequeno, mas tivemos – sobre essa ideia que nós apresentamos. Depois da sua aprovação, fomos muito bem recebidos e acolhidos pela população. Muita gente apoiou e falou: “Que bom que esse projeto foi aprovado”. Setenta por cento dos entrevistados numa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

enquete da CBN, pelo Twitter, declararam apoio ao projeto. Nas redes sociais, foi assim também.

A gente está chegando ao final do mês de março com algumas contribuições importantes nesta Casa, não só com projetos de lei, mas com debates que foram feitos. A Deputada Arlete Sampaio promoveu um debate muito bacana; a Deputada Júlia Lucy, através da Procuradoria, também desenvolveu várias atividades; a Casa aderiu institucionalmente ao programa *HeForShe*, da ONU Mulheres. Então, conseguimos avançar.

É assim que a Câmara Legislativa tem que ser: uma Casa que contribui efetivamente com a população; mais que um lugar de discursos, que seja também um lugar de práticas, um lugar de entregas para o Distrito Federal. Então, eu fico muito satisfeito, fico muito feliz que em março a gente tenha conseguido avançar no debate, na proposição e também na fiscalização das políticas.

Recebemos aqui membros da Secretaria da Mulher; tivemos reuniões públicas, e estamos agora no aguardo de que tudo aquilo que discutimos, encaminhamos e sobre o que refletimos seja efetivado pelo Poder Executivo. Nós estamos fazendo a nossa parte. Esperamos que o governo agora faça a parte dele, que é efetivar políticas públicas de qualidade.

Estamos vendo muitas dificuldades em algumas secretarias. Algumas não têm – como eu já tinha falado anteriormente – os seus organogramas. Já estamos no terceiro mês, vamos chegar a praticamente cem dias de governo e sentimos necessidade de avanços na estrutura de gestão e também nos resultados.

Na saúde, vimos muito pouco; na assistência, não vimos praticamente nada. Temos recebido várias denúncias de grilagem de terras, baixa fiscalização em relação à área ambiental, e nós estamos aqui atentos. O Legislativo está cumprindo o papel dele. Cabe agora ao Executivo cumprir também a sua parte, pois fez muitos compromissos com a população. Nós estamos de olho. Nós vamos acompanhar de perto.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre a reforma da Previdência, porque esse é o tema que está inquietando a sociedade como um todo. Felizmente, sobre esse tema hoje nós tivemos duas notícias muito importantes. A primeira foi a reunião dos partidos de esquerda. Estavam lá, em volta de uma mesa, o Governador Flávio Dino, do Estado do Maranhão, representando o PCdoB; o ex-candidato a Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Haddad; o Guilherme Boulos, do PSOL, ex-candidato a Presidente da República pelo PSOL, e o Ricardo Coutinho, Presidente do PSB, representando o PSB. Foi fundamental essa reunião. Eles apresentaram um documento à nação que diz que estes partidos estão unidos na defesa da sociedade, em defesa da democracia e contra essa reforma esdrúxula da previdência social. Foi muito importante esse posicionamento conjunto da esquerda brasileira, que está unida na defesa dos interesses maiores da sociedade.

Mais tarde – isso eu acho importante também –, onze partidos, representando cerca de 250 Deputados, que formam o bloco chamado de Centrão, se posicionaram também exigindo a retirada dos itens que tratam da aposentadoria dos trabalhadores rurais, porque é uma excrescência o que eles querem fazer com os trabalhadores rurais, e também a retirada do BPC – Benefício de Prestação Continuada, a coisa mais vergonhosa que pode acontecer numa nação.

Eu acho, Deputada Arlete Sampaio, que o próprio Presidente capiroto já desistiu da reforma da Previdência, porque hoje, terça-feira, dia em que o País inteiro está funcionando – as fábricas, os comércios, os bancos, o Legislativo –, o Presidente capiroto foi, de manhã, assistir a um filme, foi ao cinema, como se o Brasil não tivesse mais problema nenhum, não tivesse milhares e milhares de trabalhadores desempregados!

Saiu um outro dado muito preocupante. A grande imprensa está dizendo que cresceu o número de empresas no Brasil, quando, na verdade, 80% do que eles estão chamando de empresa é MEI – Microempreendedor Individual, que não dá para confundir com empresa!

Portanto, eu acho importante tudo isso que está acontecendo neste País, porque a verdade é que a classe trabalhadora acordou. Ninguém aceita essa reforma previdenciária maligna!

Outro ponto importante é que o todo-poderoso Paulo Guedes fugiu do Congresso Nacional hoje, quando seria questionado a respeito da proposta da reforma da Previdência. Ele não compareceu! Ele, que estava sendo esperado na CCJ. Os partidos de esquerda estavam prontos para questioná-lo, e ele não apareceu por lá.

Portanto, essa é a prova que a reforma da Previdência está fazendo água, que é possível, com mais luta, a gente enterrá-la definitivamente e devolver a tranquilidade à sociedade brasileira. Acho isso realmente muito importante. Essa é uma notícia que nos traz uma vontade maior ainda de continuar lutando. Acho muito importante. Tudo o que tem acontecido hoje é fruto da mobilização e da determinação da classe trabalhadora brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos; boa tarde, colegas, imprensa. É um prazer estar aqui com vocês de novo. O convênio com a TAP está sendo muito elogiado. O Governador Ibaneis fez um golaço agora: fechou uma parceria com a TAP – e quero destacar que foi uma sugestão encaminhada por nós, do Partido Novo, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Como o Governo está nos escutando, porque sabe que as nossas sugestões são muito bem embasadas – e são sérias –, eu gostaria de fazer uma sugestão. Que disponibilizem, no Aeroporto de Brasília e na Praça dos Três Poderes, o atendimento bilíngue – pelo menos bilíngue – aos turistas que vierem ao Distrito Federal. Hoje, o turista que chega ao aeroporto não sabe para onde vai. Ele nem sabe a quem pedir ajuda. Infelizmente, poucas pessoas conseguem fazer um atendimento em uma língua básica, que é o inglês. Então, deixo aqui a sugestão para o Governador Ibaneis e para a Secretária de Turismo, para que implementem logo essa medida.

Como Líder do Partido Novo, quero destacar a sugestão inusitada de um Deputado Federal nosso, Alexis Fonteyne – que inclusive figura entre os dez melhores Parlamentares do Congresso Nacional. Nós temos o impostômetro em São Paulo, e o nosso Deputado Alexis Fonteyne sugeriu que fosse criado o desperdissômetro, que pode calcular a quantidade de horas de trabalho que o Congresso Nacional dispende para assuntos que não dão em nada e discussões que não trazem nenhum resultado prático para a sociedade, considerando que o custo do Congresso, por dia, é de 1,6 milhões de reais.

Então, eu acho que essa é uma discussão que a gente pode trazer também para esta Casa. Podemos pensar no desperdissômetro da Câmara Legislativa, considerando que não existe jantar gratuito, todos nós aqui recebemos dinheiro público para trabalhar, para produzir. Eu queria, então, deixar essa sugestão para esta Casa, para que os nossos trabalhos sejam mais efetivos e, de fato, voltados para o interesse público.

Para concluir, acredito que todos vocês aqui saibam que uma das minhas principais bandeiras de campanha foi a proteção animal. O Hospital Veterinário Público do Distrito Federal corre riscos. O último repasse que ele recebeu foi no ano passado. O hospital tem um índice de satisfação de mais de 90% das pessoas que são atendidas, que levam os seus bichinhos para lá serem atendidos. O que nós precisamos entender é que investir na saúde animal é investir também na saúde humana, porque várias doenças não tratadas nos animais podem contaminar os seres humanos e trazer prejuízos muito grandes, sobrecarregando mais uma vez o nosso sistema público de saúde.

Então, por ter apreço aos nossos bichinhos e por pensar na população carente, que tem seu animal doméstico e não consegue colocá-lo em uma clínica, levá-lo ao Hospital Veterinário – mas ama o seu bichinho e o respeita, inclusive o trata como membro da família, como eu, que sei muito bem o que é isso, pois tenho dois gatos que são dois membros da minha família –, eu me comprometo a destinar quinhentos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

mil reais das minhas emendas ao Hospital Veterinário do Distrito Federal, que faz um belíssimo trabalho e cuida também da saúde humana.

E, por fim, eu quero destacar o desastre do concurso da Sedestmidh, que foi realizado nesse final de semana. Provas foram abertas antes da hora, pessoas discutiram questões e as divulgaram nas suas redes sociais. Isso é inadmissível! Uma banca não pode permitir um trabalho de péssima qualidade como esse, porque o concurso público é a seleção meritocrática para a entrada no serviço público.

Nós temos que respeitar as pessoas que se dedicam a fazer as provas de um concurso público. Quem já foi concurseira como eu sabe de tudo que temos que abrir mão, todos os sacrifícios que pessoalmente fazemos para nos preparar para as provas. Então, estou aqui para pedir que o governo tome providências para corrigir esse caso e para penalizar os responsáveis por esse descaso com os nossos concurseiros, os nossos estudantes que estavam tentando uma vaga no serviço público. Que esse amorismo não se repita mais na seleção de quadros de servidores do Distrito Federal.

Por fim, quero pedir o apoio dos meus colegas para aprovarmos o projeto da multa administrativa, que já está em segundo turno, e também o projeto que dá dois anos para substituímos o uso do plástico na cadeia produtiva do Distrito Federal, lembrando que o setor produtivo está apreensivo, desesperado. Deputado Chico Vigilante, acredito que V.Exa. saiba que o setor produtivo está realmente muito preocupado em saber se vai poder repor seus estoques e continuar gerindo seus negócios, que é o que gera emprego e renda. Então, faço esse apelo para aprovarmos esses dois projetos que estão na pauta de hoje.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputada Júlia Lucy.

O Deputado Iolando Almeida está presente? Desceu?

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa, galeria, acho importante relatarmos – inclusive o Deputado Delmasso estava participando também – o que acabou de acontecer.

Nós convocamos o presidente do IBRAE – Instituto Brasil de Educação, a banca que realizou neste final de semana o concurso da SEDEST, que agora é conhecida como SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Nós o convocamos para vir à Câmara Legislativa e prestar os devidos esclarecimentos sobre o que aconteceu no domingo porque nós recebemos muitas denúncias neste domingo sobre a não realização da prova, a falta de lisura no processo e os lamentáveis atrasos no início da prova. Então, foram muitas denúncias feitas por candidatos e candidatas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Nós sabemos como é difícil para as pessoas esse processo de dedicação a um concurso público, o povo para estudar, o povo se organiza, tem um empenho subjetivo e objetivo. Deputado Delmasso, já passei em concurso público e tive que ter uma dedicação imensa. Imaginem o cancelamento de uma prova quando você se dedica tanto para estar ali. Então, essa é a preocupação do nosso mandato. Além disso, o nosso mandato se dedicou muito nas preliminares desse concurso, ajudando também todos os candidatos e candidatas a se prepararem, fizemos um movimento de cursinho popular que se chamou Acelera Sedest.

Temos duas preocupações aqui. A primeira delas é que o concurso aconteça da melhor forma possível, a segunda é relativa à área da assistência social. A Deputada Arlete Sampaio já foi Secretária de Desenvolvimento Social do Distrito Federal e sabe como essa é uma área necessária e urgente, é uma área que precisa de cuidado. A preocupação nossa é que a política de assistência social tenha os seus quadros realmente reabastecidos e restaurados para que ela possa fazer um atendimento correto à população nas unidades de atendimento como os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social e os CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Então, essa é uma preocupação concreta.

Nós convocamos essa reunião, da qual outros Parlamentares participaram, como o Deputado Delmasso, o Deputado Rafael Prudente, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e a Deputada Arlete Sampaio, e cobramos do Ibrae duas coisas. A primeira foi um cronograma para que possamos retomar o processo imediatamente, pacificando e acalmando todos os candidatos e candidatas que tiveram esse empenho enorme. Em seguida, cobramos informações que provem que a banca tem condições de levar esse concurso até o fim. A informação que temos dessa reunião... O Presidente do Ibrae veio à Câmara, prestou os esclarecimentos e disse que a banca tem todas as condições de finalizar esse concurso. Nós vamos acompanhar e fiscalizar como Câmara.

A nossa maior preocupação neste momento é que o concurso ocorra porque nós sabemos, Deputado Delmasso, que existe uma onda antiestado, antisserviço público e antipolíticas públicas muito forte na conjuntura. Então, o mais importante para nós é que aconteça, é que ocorra o concurso da Sedest para que essa política social possa voltar a funcionar. Estamos lutando para que...

E o acordo feito hoje na reunião com o Presidente do Ibrae foi que o cronograma vai ser enviado para esta Casa e também vai ser divulgado via edital, anexo, um novo comunicado o mais rápido possível. A prova vai ser realizada e o Ibrae vai se dedicar com todas as suas forças para que a prova seja realizada da melhor forma possível. Esse foi o acordo retirado.

Portanto, esta Casa tem a obrigação, a partir de agora – e apresentamos requerimento para isso –, de acompanhar junto ao Ibrae e à Secretaria de Desenvolvimento Social esse cronograma e a realização dessa prova, que é tão importante para a nossa cidade.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

A política de assistência social é uma política fundamental. A assistência social hoje atende a centenas de milhares de pessoas no Distrito Federal, porque nós vivemos em um dos distritos mais desiguais do nosso País. Então, esse concurso é fundamental para a recomposição dos quadros da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje eu estava ali falando com o Suzano, quando este me perguntava se, agora, eu sou da base do governo. O Suzano é um exímio jornalista do Portal Metrôpoles.

Quero dizer que não. Eu continuo na minha situação de independência com viés de oposição, viu, Suzano?

Mas hoje eu vim aqui elogiar o Governo Ibaneis. A gente não pode se prender a oposições rancorosas e não argumentativas. Eu tenho que parabenizar.

Nesta semana, o Metrô começou, parece-me em caráter experimental, uma nova forma de trabalho e de tempo. Os vagões começarão a circular a partir da 5h30min, atendendo àqueles trabalhadores que precisam sair muito cedo de casa e que, claro, têm a possibilidade de chegar atrasados, e vai ficar funcionando até onze e meia, porque antes era só até as onze.

Então, Deputado Delmasso, parece uma medida simples – e é simples –, mas de alta produtividade.

Quero parabenizar nesse ponto o Governo Ibaneis. A gente está aqui é para isso. Via de regra eu venho para criticar, mas tenho que ceder e elogiar quando se faz um acerto. É um acerto! Claro que já deixamos aqui que, se experimentalmente esse novo horário funcionar, seja ampliado, principalmente, em dias de festividade. Que se alongue o horário até a meia noite e meia a uma hora da manhã para que aqueles que estejam aí em suas festas, em seus eventos culturais e artísticos, tenham maior facilidade de chegar às suas casas.

Parabéns à diretoria do Metrô por essa nova experiência. Parabéns nesse ponto também ao Governo Ibaneis.

Mas continuo como independente, com viés de oposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Informo que o Deputado Hermeto, conforme o Memorando nº 069, de 2019, de seu gabinete, encontra-se de licença médica hoje e amanhã.

(Assume a Presidência o Deputado Reginaldo Sardinha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa e demais assessores, venho a esta tribuna hoje falar sobre uma data importante que comemoramos hoje, que é o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia. O dia 26 de março é considerado o *Purple Day*. O Dia Roxo é nada mais que o esforço internacional dedicado a aumentar a consciência sobre a epilepsia em todo o mundo. Em 26 de março, anualmente, as pessoas em países de todo o mundo estão convidadas a vestir-se de roxo nos eventos em prol da consciência da pessoa com epilepsia.

O Dia Roxo foi criado em 2008 por Cassidy Megan, uma criança da Nova Escócia, no Canadá, que, à época com 9 anos, com a ajuda da Associação de Epilepsia da Nova Escócia – EANS, fez esse movimento. Cassidy escolheu a cor roxa para representar a epilepsia por causa da lavanda. A flor de lavanda também é frequentemente associada à solidão, que representa os sentimentos de isolamento que muitas pessoas com epilepsia experimentam todos os dias. O objetivo de Cassidy é mostrar que as pessoas com epilepsia, em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar em que elas estiverem, jamais vão se sentir sozinhas.

No Brasil, o Dia Roxo começou a fazer parte mais ativamente das iniciativas desde 2011, e aqui no Distrito Federal fizemos o primeiro Dia Roxo há cinco anos. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Epilepsia, Deputado Reginaldo Sardinha, todos os anos, pela Frente Parlamentar Interestadual em Defesa da Pessoa com Epilepsia, a associação Viva Além das Crises e a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE realizamos no Distrito Federal todos os anos o *Purple Day* ou o Dia Roxo.

Neste ano nós o realizamos no domingo passado, ali em frente ao Parque Ana Lúcia. Aqui eu quero agradecer a participação do meu amigo Deputado Leandro Grass, que esteve presente nesse evento. Lá mobilizamos famílias, pessoas com epilepsia e outros adeptos da causa. Comemoramos ali algumas conquistas, mas também lembramos algumas questões que são necessárias para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com epilepsia.

No domingo, tivemos palestras com o Corpo de Bombeiros; tivemos palestras com uma nutricionista do Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB, responsável pela dieta cetogênica no HMIB; tivemos uma palestra com um dos melhores cirurgiões, amigo da Deputada Arlete Sampaio, o Dr. Wagner Teixeira, que inclusive é médico da minha filha. Ele esteve lá fazendo uma palestra sobre a utilização do canabidiol.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Lá demonstramos algumas conquistas aqui no Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio. A primeira foi a lei de autoria de V.Exa., que incluiu a pessoa com epilepsia dentro da visibilidade da política pública da Secretaria de Saúde. Logo após, veio a lei do Deputado Bispo Renato Andrade, que formatou uma política pública mais ampla. Por fim, uma lei de nossa autoria, que altera a lei do Deputado Bispo Renato Andrade e inclui outros medicamentos – um deles o canabidiol –, a obrigação do Estado de financiar a compra desse medicamento e entregá-lo à pessoa com epilepsia.

Uma outra conquista, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Leandro Grass, é que a nossa Secretaria de Saúde é a única do País que tem um protocolo de atendimento específico à pessoa com epilepsia e que reconhece o canabidiol como tratamento de exceção. Nós somos a única do País, Deputado Fábio Felix. Isso nos orgulha muito, porque o Distrito Federal, pelo menos nesse quesito, começa a ser referência. E outros estados, como o Estado de Minas Gerais, o Estado do Piauí, o Estado do Tocantins, o Estado do Rio Grande do Sul, querem levar essa experiência.

O que falta hoje – aqui o Deputado Leandro Grass fez um discurso, no início, com relação à parceria do Executivo com o Legislativo – é a Secretaria de Saúde fazer uma coisa mínima, que é uma licitação para a contratação de uma empresa que possa fornecer o canabidiol às pessoas com epilepsia. Como o canabidiol não pode ser produzido no Brasil, eu sugeri ao Secretário de Saúde que fizesse uma licitação internacional na modalidade ata de registro de preço para que pudesse comprar e entregar esse medicamento individualmente àquelas pessoas que precisam dele.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Eu quero parabenizar V.Exa. pelo evento de domingo, a movimentação, a união das pessoas em torno dessa causa, e agradecer o convite. Fiquei muito feliz em ter participado e conhecido. Confesso aqui que eu não sabia da quantidade de ações, de iniciativas que já haviam sido realizadas, não sabia daquilo que hoje está em curso. Fiquei muito animado ao saber de tudo que está sendo proposto, do que está sendo conquistado.

Para mim foi um momento muito bacana, muito significativo, e que representa o espírito que nós também temos de ter nesta Casa, porque, por mais que sejamos de partidos diferentes, por mais que sejamos também divergentes em diversos temas, nós podemos, sim, nos unir em torno de causas nobres, causas importantes, que não têm bandeira, que não têm partido.

Então, fiquei realmente muito feliz, muito honrado de participar do evento no domingo. E queria parabenizar V.Exa. pelas proposições já aprovadas aqui e pela luta que faz por essa causa. Parabéns mesmo!

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Leandro Grass.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Essa, como eu disse, é uma causa suprapartidária. O Deputado Fábio Felix me procurou recentemente para tratarmos da questão do canabidiol em Brasília e no Brasil. Como eu disse, essa causa não tem bandeira.

Eu quero aqui deixar algo para a maioria das pessoas que talvez não conheça um pouquinho da minha realidade. Eu tenho uma filha que tem epilepsia, a Manuela. Deputado Fábio Felix, eu tenho três filhos. A Beatriz, que é a minha primogênita, me ensinou a ser pai. A Manuela me ensinou a ser gente, porque a Manuela me faz todos os dias lembrar que eu preciso valorizar as pequenas conquistas.

Diante de altos e baixos, eu tive uma notícia maravilhosa da minha filha. Ela tinha sido selecionada pelo médico para fazer a cirurgia, mas ela teve uma melhora tão grande que não vai mais precisar fazer a cirurgia. Ela usou o canabidiol, que não serviu para ela, mas mesmo assim eu tenho relatos, conheço relatos. Há o exemplo de uma amiga nossa, Anny Fischer, que é uma menina, e da Katiele, a qual o Deputado Leandro Grass teve a oportunidade de conhecer. A *Superinteressante* fez um documentário sobre a vida dela chamado *Ilegal*. A Anny, Deputado, tinha sessenta crises por dia, e com a utilização do canabidiol o número de crises reduziu para quase zero.

Enquanto o Congresso Nacional está demorando vinte anos na discussão para a legalização da maconha medicinal, eu resolvi, por meio da Unale, que é a unidade que nos representa em âmbito nacional, mobilizar as assembleias legislativas para isso. E fico feliz que, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, o Estado do Piauí, o Estado de Tocantins, o Estado do Rio Grande do Sul, o Estado do Paraná, o Estado de Goiás tenham proposições semelhantes às nossas.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu faço esse aparte porque concordo com V.Exa. que o debate sobre a regularização da maconha medicinal é um debate suprapartidário. Infelizmente a gente sabe da experiência de várias famílias no Brasil que vivem sob o jugo da ilegalidade para medicarem seus filhos e suas filhas que têm essa condição de saúde.

Hoje, muitas vezes, o debate no Congresso Nacional e até no âmbito do Executivo e da saúde pública sobre a maconha medicinal é pautado pela ignorância, pela falta de conhecimento sobre a condição de saúde de tanta gente. A gente sabe de deputados federais que votam contra, que agem politicamente contra a regulamentação da maconha medicinal mais por não terem o conhecimento necessário sobre a importância dessa medicação para tantos brasileiros e brasileiras.

Eu fui tocado por essa pauta a partir do debate com a Plataforma Brasileira de Políticas Sobre Drogas. Essa plataforma faz uma discussão sobre a regulamentação global das drogas no Brasil e tem dados do mundo inteiro de que essa regulamentação seria mais positiva que negativa. É uma discussão longa, não é a discussão da pauta

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

neste momento, mas eu acho que é um grande avanço a gente conseguir trabalhar para a regulamentação da maconha medicinal no Brasil e trazer o caminho para que as famílias não mediquem seus filhos na ilegalidade aqui no Distrito Federal. Então parabéns pela iniciativa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, eu também quero parabenizar o Deputado pela lembrança hoje desse dia tão importante.

Eu fiz a primeira legislação a respeito. Nós conseguimos, à época, formalizar um protocolo para que, inclusive, pudesse-se fazer cirurgias naqueles casos em que a cirurgia é indicada. Agora nós temos mais elementos para avançar nessa perspectiva que é justamente o uso do canabidiol.

Para que as pessoas não interpretem mal, o canabidiol é tratado para que o THC – Tetrahydrocannabinol seja retirado. A parte que é utilizada como medicamento é a parte justamente que não tem THC.

Na Europa, ele é vendido normalmente. Aqui, no Brasil, ainda não está regulamentado. Existem pessoas que acham que isso pode trazer prejuízos. Mas, além do uso do canabidiol, no caso das epilepsias, existem já pesquisas médicas que demonstram a eficácia desse uso também no controle do parkinsonismo.

Então é uma droga que tem inúmeras aplicações. É preciso ser cada vez mais estudada, mas realmente já é um avanço para todos nós utilizá-la nos casos de crises recorrentes de epilepsia. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte da Deputada Arlete Sampaio. Deputada Júlia Lucy, eu tenho trinta segundos para encerrar.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Conte com o Partido Novo no Congresso para ajudar nesse movimento.

DEPUTADO DELMASSO – Obrigado, Deputada Júlia Lucy. Só para encerrar, nós estamos distribuindo, por meio da nossa assessoria, uma lapela roxa para todos os Deputados – nela tem o nome da Unale. Isso é uma lembrança. Que todos nós possamos usá-la durante esta semana, lembrando o Dia Roxo, que é o Dia Mundial da Conscientização da Epilepsia. A Deputada Arlete Sampaio falou muito bem isso.

Lembro que o Congresso Nacional, a Câmara Legislativa, o Tribunal de Contas do Distrito Federal estão iluminados com a cor roxa e também o Palácio do Buriti a pedido da Comissão Parlamentar.

Sr. Presidente, era isso, muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder do PR. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna, pelo Bloco Justiça Social.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco Justiça Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados; boa tarde, senhoras e senhores colegas da Casa, servidores, serventuários do Legislativo; colegas da imprensa; amigos da tribuna; meu tio João, minha família; meus colegas do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem; minha tia Ismalena e minha prima Josilene que estão aí prestigiando esta sessão.

Eu queria, Sr. Presidente, primeiro, fazer um agradecimento especial. Semana passada, Deputada Arlete Sampaio, eu tive o prazer de voltar, depois de quarenta anos, à cidade em que eu nasci. Eu fiz uma viagem para o Estado do Maranhão, na cidade de Bacabal, onde eu nasci. Posteriormente fui para o Estado do Piauí, à cidade de Altos.

Eu fiquei triste, muito feliz e emocionado em poder retornar, inclusive, à maternidade onde nasci. Fiquei triste porque a maternidade hoje está em ruínas e não mais atende a população, inclusive por guerras políticas existentes lá no estado, coisa bastante comum nos municípios dos estados do Nordeste.

Fiquei triste e fiquei emocionado por ver a cidade em que nasci. Eu nasci na cidade de Bacabal, no Maranhão e, com 3 anos de idade, fui para Altos, uma cidade do Piauí. Então eu não tinha lembrança nenhuma do Estado do Maranhão, tampouco da cidade de Bacabal.

Eu vi a cidade, é uma cidade bonita, diga-se de passagem. É uma cidade em desenvolvimento e que contrasta com a realidade do Estado do Maranhão. Deputado Chico Vigilante, o senhor que conhece muito bem, já que o senhor que é do Estado do Maranhão, o Estado é bastante rico de natureza, mas bastante pobre em investimento do governo. Eu fiquei decepcionado em ver que as coisas parecem que não funcionam muito bem lá, os instrumentos públicos, as pistas, principalmente as que ligam as cidades pequenas.

De Bacabal, fui para a cidade de Lago Verde onde minha mãe morou e onde eu passei alguns meses de vida até ir para o Estado do Piauí. Lago Verde está pior ainda. A cidade não tem avanço. A pista que liga Bacabal a Lago Verde tem mais buraco que asfalto. A população está reclamando da assistência pública, dos instrumentos públicos daquela região. Enfim, não teria como eu deixar de falar dessa situação da nossa cidade, uma cidade por onde passei também.

Mando um abraço para toda a minha família materna que são do Estado do Maranhão, da cidade de Macabal e de Lago Verde. Um abraço para todos eles, por quem fui muito bem recebido. Foi uma festa, um orgulho para a família, um orgulho

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

para mim também, um nordestino sair daquela região e vir para Brasília almejar e alcançar voos.

Eu fui para Estado do Piauí, próximo, na cidade de Altos, onde eu fui contemplado com o título de cidadão Altoense. Eu agradeço ao Presidente da Câmara Municipal, Maxweel; ao Deputado João Campelo que foi quem fez a indicação do meu nome para receber o título; ao meu tio, Valdivino Viana, grande servente público dos Correios e Telégrafo do Estado do Piauí, homem bastante competente no que faz, hoje aposentado; aos meus primos, Marcos Viana e Tiago Viana que estiveram presentes à sessão, bem como ao meu tio Alfredo Viana que também esteve na sessão.

Naquele dia – que foi um dia fatídico na minha vida, meu pai e minha mãe estavam lá, com muito orgulho –, eu fiz um discurso e vou repetir algumas coisas aqui. Eu disse naquele momento que o título seria muito mais para a minha mãe e para o meu pai que são cidadãos altoenses do que para mim, porque sair do Nordeste, como o meu pai saiu para tentar a vida aqui em Brasília sem garantia de nada e depois de dois meses trazer a família, minha mãe, minhas três irmãs e eu, foi um ato de coragem. Um ato de coragem que poucos têm. Talvez eu não tivesse essa coragem de sair, deixar todos os meus amigos em Brasília, deixar o meu pai, a minha mãe, para tentar a vida em outro lugar, sem perspectiva de nada, sem estudo, sem nada. E o meu pai, assim como vários, milhares de nordestinos aqui em Brasília, fizeram isso também. Ele não é diferente de muitos não, mas para mim é um homem de coragem. Ele e a minha mãe. E me fizeram essa homenagem e eu a dediquei a eles.

Então, eu quero agradecer ao Governador do Estado do Piauí, falei com ele e, infelizmente, ele não pôde ir. Agradeço todos os que participaram da missa de São José, padroeiro da cidade de Altos: o padre Cláudio Lopes, a comentarista Clemilda Costa; da organização, a Conceição Sousa; a Francilene Alves; a Francinete Vasconcelos, conhecida como boneca; o sistema de transmissão; a Simone Oliveira e equipe; a organização da Secretaria da Câmara; a Gerlene Melo.

Então, eu não poderia deixar de agradecer essas pessoas que fizeram acontecer aquele momento histórico na minha família. É orgulho hoje para um nordestino daquela cidade, da família Viana, ter um Deputado Distrital aqui em Brasília. Eu, em nome de todos os piauienses, de todos os maranhenses, de todos os nordestinos, agradeço muito por termos coragem, nossos pais, nossas mães, de fazerem história nesta Capital.

Por isso parabenizo todos os colegas de Altos, a família, os meus familiares, os meus tios de Altos, os meus tios de Maranhão, os colegas de Bacabal, os de Lago Verde. Eu quero falar para vocês que pode acontecer o que for, jamais vou deixar de dizer que sou nordestino e que sou dessa família. Sou dessas duas famílias que eu amo tanto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Muito obrigado, Deputado Jorge Vianna.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Convido para fazer uso da palavra o Líder do meu bloco, DF Acima de Tudo, Deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (Bloco DF Acima de Tudo. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Presidente e todos que aqui estão.

Encontram-se aqui em minhas mãos centenas de currículos. As pessoas, porque somos representantes do povo, nos procuram em nossos gabinetes para entregarem currículos. Mas por que os trouxe aqui? Porque isso traz incômodo, já há, só em vinte e um dias, centenas de currículos. A partir do momento em que um deputado recebe currículo e não fica incomodado, vê como algo natural, comum, penso que esse deputado deve deixar de exercer a função, porque por trás de um currículo há uma dor, por trás de um currículo há um pai de família, há alguém passando fome, alguém passando necessidade. Tem pessoas que trazem currículo ao nosso gabinete e gastam passagem para trazê-lo, e, quando entregam, entregam com esperança, com expectativa. E a pior coisa que tem é falsa esperança, a pior coisa que tem é falsa expectativa.

Nós na campanha, todos aqui fizemos este discurso: “Há trezentos mil desempregados no DF”. Qual é o meu receio? Qual é o alerta que quero deixar? O meu receio é passarem os quatro anos e continuarem os trezentos mil desempregados. Isso fica ruim para nós porque, afinal de contas, estamos aqui para fazer alguma coisa. Incomoda-me, por exemplo, alguns dados como este aqui: as regiões administrativas de baixa renda, como Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, Estrutural e Varjão, lideram o *ranking* com 25% dos desempregados, ou seja, 75 mil pessoas. Sabemos também que a maioria dos desempregados estão na faixa etária de 16 a 24 anos. Portanto, é necessário que o governo e nós Câmara Legislativa encontremos caminhos, é necessário que nós nos unamos, sim, para mudar esse quadro, são necessárias iniciativas econômicas, temos que ser criativos para isso. Não param de chegar pessoas de outros Estados; na média cinquenta, sessenta mil pessoas vêm de outros Estados e, quando chegam aqui, procuram emprego.

Então, temos que fazer alguma coisa, temos! Esses currículos, repito, me incomodam, e eu prefiro ficar incomodado durante quatro anos, porque, a partir do momento em que isto aqui não me incomodar mais, em que ver isto apenas como um papel, é melhor eu deixar de ser deputado.

Nós tivemos uma renovação na Câmara Legislativa, 16 novos deputados. E digo mais, acredito que daqui a quatro anos vão mudar 16 novamente. Assim, cabe a cada um se empenhar, cabe a cada Deputado dar o melhor de si. Em se tratando de dor, a dor não tem religião, não importa religião, dor é dor; não importa a raça, dor é dor; não importa a cor, dor é dor.

Como Líder do Bloco DF Acima de Tudo, um bloco unido, nós vamos estar empenhados no título, que é DF acima de tudo.

Muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Parabéns, Deputado Martins Machado.

Concedo a palavra agora, pela Liderança do Governo, ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus pares, imprensa aqui presente, galeria, venho à tribuna hoje na condição de Líder de Governo para falar de um tema que foi muito abordado na semana passada, e, talvez, eu nem precisasse mais voltar a ele, visto que já foi muito abordado pela imprensa, pelos veículos de comunicação. Esse tema pelas reportagens apresentadas, eu penso que, para a população, já foi dirimida qualquer dúvida quanto à validade da posição do governo. Eu estou falando em específico sobre a questão da desocupação lá em Santa Luzia, na Estrutural; e aí, até por dever de restabelecer a verdade, de corrigir qualquer injustiça do que foi debatido nesta Casa, eu venho à tribuna hoje para tratar do tema.

É obvio que os Deputados têm todo o direito... inclusive o próprio deputado do meu partido, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com toda a possibilidade que tem, fez um pronunciamento muito forte sobre a questão da retirada dessas pessoas da Santa Luzia. Mas é importante esclarecer, Sras. e Srs. Deputados e imprensa aqui presente, que o que foi feito naquele dia não tem nada a ver ou contaminação ou relação com o processo eleitoral que já foi passado – nós temos que ter a plena consciência de que a eleição já passou, já se foi.

Mas vamos lá, mesmo isso não sendo uma obrigação, porque se fala muito em estelionato eleitoral e tal, porque foi falado que o Governador disse que não iria derrubar nenhuma casa, mas, olha, vamos lá: primeiro, quem, no afã da campanha, muitas vezes, não fez uma promessa que estava além das suas possibilidades? Segundo, em todos os conceitos que foram falados de não derrubada sempre havia uma oposição à postura do governo anterior, que derrubava sem nenhum tipo de esclarecimento, de relatório – muitas vezes, pessoas que não estavam nas operações tinham suas casas derrubadas. Então, a posição do pretense governador na época, candidato a governo, foi nesse sentido. E vamos lá: mesmo que ele tivesse feito essa promessa, como podemos vir, como esta Casa pode, em alguma hipótese, defender a permanência de pessoas em ocupações de outubro do ano passado, porque a realidade foi essa.

Eu estou aqui com o relatório, eu fiz questão, porque não gosto de falar somente no plano do embate político, é necessário ter os dados. Fui à Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, conversei com o Georgeano. Isto aqui está disponível a todos os Deputados sem exceção, é um documento público, é o relatório de caracterização da área de fiscalização, Deputado Delmasso, comprovando por fotos, comprovando por documentos que todas, todas as remoções que aconteceram na Santa Luzia, na semana passada, foram de ocupações realizadas a partir de outubro do ano passado. Não há, Deputado Chico Vigilante, uma sequer que foi anterior.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Então, não podemos deixar dúvida de que esta Casa não pactua com a ilegalidade, com a ocupação desordenada, com a grilagem, com a invasão, porque, se fizermos assim, estaremos jogando contra tantas e tantas leis que aprovamos nesta Casa. É necessário que a verdade seja restabelecida.

Lá na Santa Luzia, semana passada... inclusive, há dados bem interessantes: primeiro, a Santa Luzia raiz está totalmente preservada; já está finalizado pela Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal um processo de selagem, em que você verifica as condições e o tempo de existência daquela ocupação, para que essas pessoas sejam colocadas num sistema de benefício dos programas habitacionais, porque nem essas, Deputada Arlete Sampaio, podem ficar na Santa Luzia, pois lá é uma Área de Interesse Ambiental já definida pelo próprio Ministério Público, pelo PDOT, por diversos instrumentos que garantem que as pessoas não podem ficar lá. Mas a Codhab esteve lá, fez a selagem e verificou aquelas pessoas que merecem o benefício de entrar no programa habitacional. Estão lá momentaneamente até que possam ser removidas para um conjunto habitacional – a selagem está pronta.

Alguns dados interessantes, porque, quando há uma operação dessa monta, a Agefis leva caminhões, porque pessoas muito carentes falam assim: “Poxa vida, para onde eu levo...” as pessoas costumam pedir um caminhão para fazer a remoção das suas coisas – as que são realmente carentes. Pois bem, das quatrocentas remoções, Deputada Telma Rufino, apenas três precisaram de caminhão. As outras tinham o seu próprio veículo para transportar os seus pertences, vamos dizer assim.

Então, o relatório está à disposição, inclusive com as fotografias, tudo certo para que a gente mostre a real situação que aconteceu lá.

E digo mais: o governo, em que pese buscar a regularização do que já estava posto de acordo com a lei – e essas, sim, não serão derrubadas –, mantém a sua postura de coibir novas invasões. Tanto é verdade que hoje, na minha cidade, na cidade onde eu moro, Planaltina, está tendo uma operação de desocupação. E assim tem que ser. Nós não podemos, em hipótese alguma, levar para o campo político e deixar que a cidade volte a ser um lugar, um terreno de grilagem, de invasões.

Aí, o argumento de que o Governador foi imprudente quando falou determinada frase, aí é da subjetividade política de cada um. Mas esta Casa tem que manter a sua postura de combater as invasões. E assim vai permanecer.

Hoje, em Planaltina, estão sendo retirados inúmeros – eu não tenho nem o quantitativo – invasores de ocupações que aconteceram de outubro do ano passado para cá.

Quando foi possível regularizar, fazer um acordo, o governo entrou. E aí eu cito, de carteirinha – e o Deputado Rafael Prudente não está aqui, mas participou desse projeto também –, a ocupação que existia no rural Mestre D’Armas II, em Planaltina, uma área particular. E o governo entrou muito mais como mediador entre proprietários, ocupantes e justiça. E o acordo saiu na justiça.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

As pessoas têm todo o direito, e esta tribuna realmente está aqui para... As pessoas estão aqui para fazer as suas defesas dos seus pensamentos políticos, mas a verdade tem que estar estabelecida.

Eu estou com o relatório aqui à disposição para todo e qualquer Deputado que quiser, Deputado Reginaldo Sardinha, o relatório que caracterizou a operação.

E mais: estive com o Georgeano, da Agefis, e ele está disposto a vir à Casa prestar quaisquer esclarecimentos sobre o ocorrido ou sobre a política de desocupação e de erradicação dessas grilagens. Na verdade, a maioria dessas pessoas tinham outros interesses, às vezes interesses muito longe da legalidade. Então, isso a gente tem que combater, e a gente veio aqui para fazer esse posicionamento depois de ter todos os dados pertinentes.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado e boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Na semana passada, na quarta-feira, eu me reuni com todos os coordenadores das regionais de ensino do Distrito Federal. Nós, no meu gabinete, fizemos um planejamento para tentar atender a todas as escolas do Distrito Federal com algum pequeno recurso que possa ajudar na estruturação das mesmas.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é um grande entusiasta do PDAF, sabe o quanto são importantes para essas escolas esses recursos. Em determinados momentos, por menor que seja o valor, a escola, às vezes, consegue fazer a aquisição de algum equipamento num momento de dificuldade. E nós vamos trabalhar para que todas as escolas sejam atendidas.

Eu estabeleci, na minha campanha e na minha vida, que eu gostaria de trabalhar para que o nosso País tivesse um futuro, e eu creio que nós não vamos mudar o nosso País sem dar o acesso à educação para o nosso povo.

Então, eu quero priorizar, ao longo do meu mandato, com as minhas emendas, as escolas do Distrito Federal. Vou trabalhar arduamente por isso e vou pedir a contribuição dos outros Parlamentares para que também ajudem essas escolas, porque a gente tem visto a necessidade com os diretores lá na ponta, dentro das próprias escolas, conversando com as pessoas que ali fazem acontecer todos os dias.

Ainda tem um outro fator muito importante nesse processo, que muitas vezes é esquecido. Hoje, grande parte dessas escolas compra esses materiais, esses equipamentos próximo à escola, ou seja, ajuda a fomentar a economia local. A gente não tem que comprar isso de outros Estados. Nós temos que ajudar a fomentar a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

economia de cada cidade do Distrito Federal. E essa é uma meta minha: ajudar a gerar emprego e renda, ajudar para que as pessoas possam ter acesso a um emprego próximo a sua casa, e para que a economia das nossas cidades seja uma economia viva, sustentável. E, nesse processo, o PDAF é fundamental porque a educação acaba levando a gente a conseguir isso ainda de uma maneira mais relevante.

Serão 687 unidades da rede pública de ensino contempladas pelo nosso mandato. Atenderemos os Centros Interescolares de Línguas, os CILs, os Centros de Educação Profissional e todas as escolas da rede de ensino. Nós temos o objetivo de, de alguma forma, ajudar a compor ainda mais uma nova estrutura para a Secretaria de Educação.

Debati muito com algumas pessoas o CIL rural, o CIL em algumas cidades em que não existe, e nós também queremos trabalhar para que isso chegue lá. Pouco se sabe, mas existe CIL hoje no Distrito Federal que tem aula de inglês de primeiro nível, tem aula de japonês de primeiro nível e tem aula de alemão em primeiro nível. São mais de 48 mil pessoas inscritas para apenas 2 mil vagas, e nós vamos trabalhar para expandir essa rede também com a destinação de recursos do nosso mandato.

Por fim, eu queria parabenizar o Deputado Delmasso, porque me entregaram ali um material com relação ao Dia de Conscientização da Epilepsia, e quero fazer uma moção aqui nesse sentido. É muito importante a gente sempre estar ligado e trabalhando para que possamos melhorar ainda mais a vida das pessoas que precisam dos políticos. Que a gente faça um trabalho decente e digno nesta Casa para valorizar o nosso povo.

Obrigado pela palavra. Fiquem com Deus. Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Eduardo Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria aqui de voltar a falar de um assunto muito importante, tendo em vista a iminência de uma possível votação sobre esse tema ainda nesta semana. Não há um combinado, mas sabemos da possibilidade de incluir extrapauta a questão dos impostos.

Dou continuidade a essa análise porque, de fato, a gente tem que discutir isso aqui continuamente, não só no Distrito Federal, mas também no Brasil.

Retomando as evidências, retomando os dados acerca dessa questão, lembro que em nosso País o 1% mais rico, que tem uma média de rendimentos de R\$27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais), essa parcela da população ganha 36 vezes mais que a metade da população mais pobre no Brasil. Esse 1% mais rico detém também quase metade das isenções tributárias que o Estado brasileiro confere. Ou seja, o Brasil, como já havia dito a ONU em um relatório em 2014, é um verdadeiro

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

paraíso dos ricos. O Estado brasileiro é um grande indutor de desigualdades, embora a Constituição Federal mande ele ser um combatador de desigualdades.

Quanto a esse 1% mais rico da população, essa parcela das pessoas abonadas e da qual nós fazemos parte aqui, na grande maioria, tem como base da sua renda, cerca de metade dela, salários e aposentadorias. E a outra parte da renda desses super-ricos? Cerca de 30% são aplicações financeiras, que vão rendendo, um dinheiro que não tem função social, que só tem função de subsidiar o sistema financeiro, e a outra parte é aquilo que nós chamamos de ganhos de capital; e o que são os ganhos de capital? Os ganhos de capital são a diferença entre a revenda e o valor de compra de imóveis. O Governo do Distrito Federal enviou para cá, como já sabemos todos, uma proposta que retira a progressividade desse imposto de herança sobre móveis, que é o ITCD, e também unifica a alíquota do ITBI.

Então, o que o governo está fazendo com essa medida, como também já havíamos dito? Ele está beneficiando esse 1% mais rico da população. Aí você vai dizer assim: "Poxa, mas reduzir imposto é bom". Nem sempre. Nem sempre reduzir imposto é bom; depende do tipo de imposto que você reduz, e depende de para quem você reduz. Se você reduz os impostos da parcela da população que já é agraciada com altíssimo nível de isenção em outros tributos, o que você está fazendo é aumentar a lógica dos privilégios, não é promover justiça social, porque existe um senso comum de que reduzir imposto é bom, inclusive nós ouvimos isso aqui. Teremos oportunidade de reduzir impostos. Mas quem disse que entrei aqui para reduzir imposto? Eu entrei aqui para promover justiça social, esse é o papel da Casa. Depende de quem reduzimos imposto. Podemos estar reduzindo imposto e aumentando a injustiça social, como é o caso dessa proposta do ITCD e do ITBI.

E aí, vocês podem imaginar. Vamos reduzir, e esse pessoal que vai deixar de pagar imposto vai conseguir realocar esse imposto na economia, porque vai consumir mais, vai devolver esses recursos para o mercado. Não vai, tendo em vista que boa parte do rendimento desses ricos vai para os ganhos de capital, vai para os investimentos bancários, não vai para a sociedade.

O governo comete um grande equívoco, que é a superestimativa de receita, porque ele diz assim: "Estamos renunciando aqui, mas esse dinheiro vai voltar depois". Não vai! Esse dinheiro vai para o banco, esse dinheiro vai para os fundos financeiros, esse dinheiro não vai para a economia. Os comerciantes não vão ganhar esses milhares de reais que os milionários vão deixar de pagar para o governo.

Ontem participamos de um belíssimo lançamento lá no Buriti, do plano da educação, do planejamento estratégico da Secretaria de Educação. Temos ouvido de outros secretários projetos muito ambiciosos, que exigem aporte financeiro. Eu quero saber como esses projetos serão implementados, porque mesmo que nós destinemos todas as nossas emendas parlamentares para as ações das quais os secretários nos convidam a participar, não será suficiente. O governo tem de ter responsabilidade.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Então, vai ser muito bonito dizer: “vamos reduzir impostos”. Reduzimos imposto, e daqui seis meses os servidores públicos não têm o seu pagamento. Daqui alguns dias começa a faltar alimento nos hospitais, os contratos deixam de ser pagos. É isso que nós queremos? Sermos irresponsáveis com a população, a título de uma suposta causa nobre, de reduzir impostos?

Chamo a atenção dos colegas que são de partidos mais à direita. Esses partidos são mais liberais e dizem muito sobre a importância da meritocracia. Que meritocracia é essa que vamos promover, quando fortalecemos a desigualdade geracional, quando facilitamos o acúmulo de riqueza patrimonial a partir da isenção de tributos sobre a herança? Não tem nenhum sentido essa história de meritocracia. Então, vejam bem que risco estamos correndo.

Mais uma vez, friso aqui o propósito daquela emenda que apresentei, aquela que o Deputado Fábio Felix também apresentou – nós unificamos, para ser uma emenda desta Casa –: ativar o corpo técnico da Câmara, para que possamos subsidiar o governo de informações e esse projeto se torne um projeto do governo, em parceria conosco, para de fato reduzirmos impostos sem promover injustiça social.

Então, dou aqui mais uma contribuição, para que possamos educar a população em relação a esse tema e conscientizar que nem sempre reduzir imposto significa promover justiça social. Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Volto a esta tribuna, agora nos Comunicados de Parlamentares, para continuar elogiando, Deputado Cláudio Abrantes, o governo.

O Deputado Cláudio Abrantes me entregou o relatório a respeito da ação da Agefis e do Governo Ibaneis lá na Santa Helena. Eu deixei claro aqui, Deputado Cláudio Abrantes, no meu discurso, que era de fato uma cobrança política, não era uma cobrança técnica. Entendemos que novas invasões têm de ser mesmo punidas, e de preferência, como dizia o Deputado Wellington Luiz, que a Agefis fiscalize para não deixar acontecer. O Deputado Wellington Luiz está fazendo um brilhante trabalho na Codhab, estou em contato direto com ele, e de fato ele está fazendo um trabalho de excelência.

Nossa crítica aqui era sobre a permissividade do discurso de campanha do Governador, então de fato foi uma crítica política. Se na época ele deu brecha para estimular as invasões, claro que as pessoas iriam se utilizar disso. É bom que essa ação fique clara e o governo deixe claro para a população que não coaduna com esse

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

tipo de invasão, coisa com a qual nenhum de nós aqui concorda. Aproveito para parabenizar...

Na quarta-feira da semana passada, eu realizei uma audiência pública no Setor Primavera, em Taguatinga, pertinho da minha casa, justamente sobre regularização. Estiveram presentes lá, uma honra, o Deputado Eduardo Pedrosa e o Deputado Jorge Vianna. Mais interessante ainda era a quantidade de órgãos governamentais que estavam lá: a Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília; a Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital; a Karolyne, excelente Administradora de Taguatinga; o Ibram – Instituto Brasília Ambiental; a secretaria de assuntos comunitários. Havia muita gente do governo, Deputado Chico Vigilante, mostrando interesse em resolver o problema, e é isso o que nós queremos.

Quando a gente se situa no Poder Legislativo como Oposição, estamos aqui para fiscalizar tudo. Elogiar o que é bom, mas criticar e bater naquilo que a gente julga errado, naquilo que a gente julga moroso. O Deputado Eduardo Pedrosa estava lá e viu a ação dos vários órgãos do governo. Nós, como Parlamentares, representantes da comunidade, estávamos lá para intermediar a demanda da população – a necessidade de regularização – com a ação do governo.

É curioso que muitos órgãos do governo são envolvidos nesse processo, mas não dialogam entre si. Às vezes, há necessidade de o Deputado fazer uma audiência pública para colocar um diante do outro, e sair dali alguma decisão. De cara, só na audiência pública, saíram dali cinco decisões pontuais que já estão dando reflexo lá na comunidade esta semana. A audiência pública já valeu a pena só pelo alcance de objetivos pontuais.

Então, estou aqui para reforçar minha forma de fazer política, não estou aqui para fazer oposição rancorosa. Naquilo que eu puder ajudar, ajudarei. Mas aquilo que eu puder combater – inclusive, lá estava presente o nosso Secretário das Cidades, que está aqui na plateia. Naquilo que pudermos ajudar, estaremos dispostos a fazê-lo, e quando eu não concordar com a ação da administração pública, rebaterei sempre com muito fervor e sempre abrindo espaço para o debate.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ontem foi a primeira vez que eu retornei como Parlamentar à minha casa, onde passei quinze anos trabalhando como servidor do sistema prisional. Voltei ao Centro de Detenção Provisória e, pasmem, estou impactado porque vi situações que nunca tinha presenciado na minha vida como servidor.

O descaso com o sistema prisional, o descaso com o servidor, e mais: a moda aqui no Distrito Federal está sendo cair pontes. Há tantas condenadas, prestes a cair,

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

e o Governo do Distrito Federal está correndo para arrumá-las. Lá no bloco II, ala A, do Centro de Detenção Provisória, a laje está caindo. A laje vai cair, vai matar servidor e vai matar preso. Os presídios da Capital do País estão abandonados.

Acho que é por isso que o Governador está tão desesperado com o Marcola no presídio federal. Eu posso dizer ao Governador que o Marcola já esteve no Distrito Federal em 2001, nós cuidamos dele quando não tínhamos presídio federal. Marcola entrou e saiu sem nenhum escândalo. Na época, Joaquim Roriz era o Governador, o melhor Governador que Brasília já teve. Ele não fazia escândalo com o Marcola. Hoje Marcola está dando esse impacto, e o Governador está envergonhando a segurança pública. Eu acho isso um absurdo.

O presídio federal existe, as políticas públicas estão aí, não existe visita, não existe contato desse marginal com qualquer ente da sua família.

Eu acho que o Governador desconhece que nós exportamos mão de obra para outros estados. No Rio Grande do Norte, no ano passado, V.Exas. presenciaram, Deputado Chico Vigilante, a catástrofe que havia no sistema prisional de lá. Foram quatro secretários de justiça que assumiram aquela secretaria e não deram conta do Sistema Prisional do Rio Grande do Norte. Vieram a Brasília e buscaram o Mauro para ser Secretário de Justiça do Rio Grande do Norte. Resolvemos o problema. Hoje quem é o Secretário de Justiça daquele estado é um colega da minha categoria. No Rio Grande do Norte, ninguém mais fala de sistema prisional. O servidor está contente, e o preso está controlado. Não satisfeito, o Estado do Ceará, com problema no sistema prisional, chamou também novamente um servidor do sistema prisional do Distrito Federal e levou o Mauro para lá. Foram incêndios, barbáries, mas hoje ninguém mais fala do Ceará, porque nós exportamos mão de obra.

O Sistema Prisional do Distrito Federal sabe trabalhar, sabe fazer o enfrentamento. Não só o Marcola passou por aqui. Fernandinho Beira-Mar também passou por aqui, e não tivemos esse alarde.

Outra coisa que me preocupa muito é o bloco de visita no Centro de Detenção Prisional – CDP. Está caindo também. Já fizeram até escora de ferro. Gente, é um absurdo! São 4 mil visitantes no meio de semana debaixo daquele bloco. Ele vai cair e vai matar servidor e visitante. É um absurdo presenciarmos o ambiente em que eu passei quinze anos se acabando, porque a Secretaria de Segurança Pública não tem condições de desempenhar as suas funções, que, no mínimo, são reformar o bloco de visita, derrubar uma laje e fazer outra. Não dão conta de fazer.

Então, fica a minha indignação. Já estou fazendo um requerimento pedindo informações para que esse problema seja solucionado.

Agora o que me causou mais revolta ao sair do CDP ontem foram colegas grávidas sendo colocadas no expediente. São colegas grávidas que trabalham no plantão há anos, há cinco, há dez anos e, pela primeira vez, estão realizando o sonho de ser mãe, de ter o primeiro bebê. E o que a Secretaria de Segurança Pública – SSP faz? Pune a servidora por ser mãe, por estar gerando uma criança. Coloca a servidora

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

no expediente, na mesma seção para trabalhar de segunda a sexta-feira alegando insalubridade. Ou seja, se ela trabalhar 24 horas e descansar 72 horas, estará em condições insalubres. Agora passar de segunda a sexta-feira, todo dia, à tarde, pela manhã e, às vezes, extra horário – porque, na cadeia, não há horário para sair – não é insalubre. Então, elas estão sendo penalizadas pelo fato de estarem grávidas, sendo obrigadas a sair do plantão e ir ao expediente.

Então, eu peço providência, Sr. Presidente, desta Casa para resguardar essas bravas servidoras, que estão sendo penalizadas porque estão gerando uma criança.

Era isso. Um abraço.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas elogiar o pronunciamento do Deputado Reginaldo Sardinha, principalmente no tocante a essa questão que é extremamente sensível para o Distrito Federal, que diz respeito à transferência do Marcola aqui para os presídios federais.

Eu acho que isso é uma situação grave, complicada. Parece que toda classe política do Distrito Federal, independentemente de qual a posição... Nós conversamos sobre isso no Colégio de Líderes. Eu penso que talvez precisemos, mesmo que isso não tenha efeito prático, fazer uma manifestação do Poder Legislativo do Distrito Federal de maneira formal, como um repúdio, porque não é admissível, não é aceitável que tragamos para o Distrito Federal um elemento – não vou nem chamar de cidadão –, um criminoso de tamanha monta. Realmente, isso é algo que tem me preocupado.

Então, quero elogiar o Deputado Reginaldo Sardinha por ter trazido isso ao plenário. Eu acho que, inclusive, deveríamos avançar nessa discussão, porque, realmente, é algo que não podemos aceitar. A classe política do Distrito Federal já se manifestou, mas penso que o Poder Legislativo do Distrito Federal, da Capital da República, tinha que se manifestar formalmente ao Ministério da Justiça por essa atrocidade, pelo risco em que está sendo colocada a população do Distrito Federal.

Como policiais civis, eu, o Deputado Reginaldo Sardinha e o Deputado Delegado Fernando Fernandes, que não está presente na Casa, sabemos das ações da Polícia Civil para coibir o crime organizado no Distrito Federal mesmo com o Marcola a milhares de quilômetros daqui. Imaginem ele aqui do lado. Já há mapeamento, sim, Sr. Presidente, da presença do PCC – Primeiro Comando da Capital no entorno do Distrito Federal, que deve aumentar, inclusive, com a presença desse criminoso aqui no Distrito Federal.

Acho que é algo em que devemos pensar. Devemos avançar nessa discussão sobre uma manifestação oficial da Casa contra esse episódio.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. A primeira coisa que eu queria aqui comentar é a respeito de um requerimento de informação que eu encaminhei ao Sr. Governador Ibaneis quanto à grande gafe que foi esse concurso público da SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, que não é mais Sedest.

Esse concurso vem sendo batalhado há muito tempo, porque é evidente a falta de pessoal para trabalhar nas unidades que compõem a Sedes. A população precisa desses servidores para que se possa prestar um serviço de qualidade a todos aqueles que mais precisam da atenção do Estado, àqueles que estão necessitando justamente dessa rede de proteção social.

Nós tivemos hoje a presença do presidente do instituto que fez a prova. Ele nos apresentou uma série de informações. O Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente, também estava presente na reunião. Eu acho que nós precisamos reiterar ao Governador a importância e a necessidade da realização desse concurso público, que é essencial para que nós possamos prestar um serviço de qualidade da assistência social, no Sistema Único de Assistência Social, à toda a população que precisa dessa assistência.

A segunda questão que eu queria comentar aqui, Sr. Presidente, é que amanhã, às 9h, vai se concentrar, aqui na frente da Câmara Legislativa, um grupo de pessoas da área da cultura. Essas pessoas, depois, vão fazer uma caminhada até a Praça do Buriti para fazerem um ato político lá. Por que eles vão fazer esse ato político? Primeiro, porque eles estavam protestando que, até então, não tinha sido nomeado o Conselho de Cultura. Finalmente, hoje saiu a nomeação no Diário Oficial.

Em segundo lugar, porque eles estão cobrando do Secretário de Cultura que seja divulgado o superávit do ano passado do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, que, até o momento, não foi informado, mas eles levantaram. Eles dizem que há 33 milhões de saldo do ano passado, que, somados aos 10 milhões a mais que haveria este ano, por conta do pagamento das dívidas, resultariam em 43 milhões de reais a serem colocados nos editais para este ano de 2019. Infelizmente, até ao momento, o Secretário não se dispôs a divulgar essa informação, que é preciosa para eles. Consequentemente, eles amanhã se manifestarão.

Eu quero aqui registrar o meu total apoio a essa manifestação e a minha exigência, junto com eles, de que o Secretário divulgue, o mais breve possível, o superávit do ano passado e que também publique o edital com os 43 milhões disponíveis para o FAC deste ano de 2019.

A terceira coisa que eu queria comentar, Sr. Presidente, é que todos nós, em todos os níveis – deputados, senadores, governadores, prefeitos e Presidente da República –, quando tomamos posse, fazemos um juramento garantindo a nossa palavra de que nós vamos cumprir a Constituição. Eu quero manifestar a minha repulsa à atitude do Sr. Presidente da República, que chama os quartéis a comemorarem o golpe militar de 1964. Isso é descumprir a Constituição Federal. É inaceitável que o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Presidente da República tome atitude como essa gerando mais uma vez um crescente ódio na sociedade e um antagonismo entre aqueles que defendem a democracia e aqueles que defendem o autoritarismo neste País. Nós estamos vivendo uma situação de crise institucional no Brasil, e é muito importante que nós tomemos consciência da gravidade que este momento aponta para cada um de nós brasileiros e brasileiras.

Portanto, eu quero aqui manifestar a minha repulsa à atitude do Sr. Presidente da República em conclamar os quartéis a fazerem comemorações do dia 31 de março – que, na verdade, foi 1º de abril – de 1964. Portanto, aqui, nós queremos dizer em alto e bom som: ditadura nunca mais! É isto que nós precisamos garantir: que a democracia brasileira siga existindo, que nós saíamos desse estado de exceção. Não é possível assistir, no país, ao próprio Presidente da República pregar contra a nossa Constituição.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, eu, ao longo dos anos, fazendo atividade sindical, atuante na atividade sindical, sempre cobre e sempre critiquei. Eu sempre fui assim. Faço críticas e faço elogios. Esse é o perfil. Eu acho que deve ser assim ainda mais agora como Parlamentar. Independentemente se é Base ou Oposição, eu acho que nós temos que criticar e elogiar.

Há muito tempo eu venho falando do problema que nós temos em Brasília com relação ao câncer. Nós temos centenas, se não milhares de pessoas que têm essa doença e não têm um tratamento adequado. Isso não é de hoje, é de muito tempo atrás. E nós temos alguns hospitais que fazem o atendimento, mas nós precisamos de um centro de referência.

Por isso, mais uma vez, eu venho aqui cobrar apoio dos Deputados, cobrar do Governador Ibaneis que nós tenhamos, de fato, o nosso hospital Oncológico de Brasília. Nós já temos o espaço. Nós já temos emendas parlamentares federais, inclusive, ali já orçadas, e não foi colocado ainda nenhum tijolo nesse hospital.

Deputada Arlete Sampaio, não tem condições! A senhora é médica e sabe também que nós podemos evitar várias mortes se nós tivermos um centro de tratamento, um centro preventivo do câncer. É uma vergonha para Brasília não ter um hospital oncológico. Todas as metrópoles do País têm hospital oncológico. A gente não tem hospital oncológico. Por isso eu venho aqui e vou passar o ano, os quatro anos falando do hospital oncológico.

E aí, falando ainda em oncologia, falando dos hospitais, eu quero parabenizar a iniciativa do Instituto Hospital de Base, que conseguiu reabrir leitos do sétimo andar do hospital, e esses leitos são destinados ao tratamento do câncer. Ora, se fosse um,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

ainda assim, nós estaríamos elogiando. Mas, se fossem quinhentos, aí nós estaríamos aplaudindo a competência. O que nós precisamos é de um hospital que tenha uma capacidade grande de atendimento, mas, mesmo assim, parabeno o Instituto Hospital de Base por ter ampliado o número de leitos do sétimo andar, passando de 24 para 39 leitos na internação de pacientes oncológicos.

Então, eu parabeno o Dr. Francisco do Instituto Hospital de Base e o governador, evidentemente, que deu recurso para que isso acontecesse. Mas repito: nós precisamos de um hospital oncológico de Brasília. Nós precisamos salvar vidas. São mortes evitáveis por conta dessa maldita doença, que é o câncer e que cada vez aumenta mais na nossa cidade, na nossa população.

É esse o recado, Sr. Presidente. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Iolando Almeida.)

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria voltar a um assunto que acho que é fundamental para todos os parlamentos do Brasil e casas legislativas debaterem. A Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Chico Vigilante já tocaram nesse tema hoje. É um tema que nos deixa absolutamente chocados. É lastimável que um Presidente da República acione os quartéis brasileiros para comemorarem a Ditadura Militar e o golpe militar de 1964. Essa foi uma decisão e uma deliberação, uma orientação de um Presidente da República eleito no Estado Democrático de Direito.

É um absurdo que isso aconteça, e nós temos que denunciar. Nenhum Parlamentar que está nesta Casa hoje, independentemente da orientação ideológica e filosófica pode concordar com esse tipo de coisa, porque nem os Parlamentares estariam aqui. O MDB, que é o partido do Presidente desta Casa, por exemplo, foi um dos partidos que, dentro da institucionalidade, resistiram à Ditadura Militar.

É um absurdo, é uma excrescência que um Presidente da República tenha a coragem de defender um processo político que torturou, que violentou parte grande da população brasileira, as organizações, os movimentos sociais, o direito à opinião e à liberdade. É um ataque à democracia! Nós não estamos falando aqui de defesa de nenhuma bandeira partidária, não é a bandeira do PSOL, não é a bandeira do PT, não é a bandeira do PDT, da Rede, de nenhum partido, é a defesa de um princípio. Esse princípio é a democracia. Dia 31 de março é dia de repúdio neste País à Ditadura Militar.

Em 1968, com o surgimento do AI-5, as instituições democráticas deste País fecharam as portas. Nós estamos em 2019, não é natural que um Presidente da República tenha coragem de homenagear a Ditadura Militar. Isso é um absurdo! Uma Casa democrática, um espaço legislativo não pode achar normal esse tipo de postura.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Não é de hoje que Bolsonaro tem um fascínio pelos ditadores. Em agenda conjunta recente com o presidente do Paraguai, no final de fevereiro deste ano, Bolsonaro exaltou o general Alfredo Stroessner, ditador que governou o Paraguai entre 1954 e 1989. A gente sabe quem ele homenageou no *impeachment* de Dilma: Carlos Alberto Brilhante Ustra, que é mais um absurdo: uma homenagem a quem comandou o DOI-CODI no País. Agora, em visita ao Chile, ele teve o repúdio do Presidente do Senado Chileno, do Presidente da Câmara Chilena, e o repúdio até do Presidente da República Chileno, que fazia acordos com ele, mas disse que discordava da posição dele e de seus ministros em homenagem a Pinochet.

Ele tem quase um fetiche com as ditaduras, e está hoje na Presidência da República para defender essas posturas. Nenhum Parlamentar pode se dignar à condição de defesa da Ditadura Militar em nosso País, porque, se a ditadura se impõe, se o regime se fecha, são esses Parlamentares que não têm o direito a emitir a sua opinião – eu acho que isso é um absurdo.

Eu tenho muito orgulho, Sr. Presidente, de ter sido coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília. Diretório Central dos Estudantes que tem o nome em homenagem a Honestino Guimarães, que foi estudante de Geologia da Universidade de Brasília, lutou em defesa dos estudantes, e, infelizmente, foi executado pela Ditadura Militar Brasileira.

Ditadura, nunca mais! A ditadura não tem que ser homenageada, reconhecida. A ditadura não dá voz à diversidade; a ditadura não dá voz aos partidos políticos, às posições políticas, independentes da sua condição e da sua orientação. A ditadura não dá voz à diversidade eclesial, religiosa. A ditadura não dá voz aos pastores no púlpito para emitirem as suas opiniões, aos padres nas paróquias para emitirem as suas opiniões. A ditadura não dá voz à diversidade brasileira.

Esta Casa precisa, sim, se posicionar com a moção de repúdio à fala do Presidente da República. Dia 31 de março é dia de repúdio. Nós queremos democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta Tribuna e quero falar de um fato importante acontecido hoje também. Comentava há pouco com a Deputada Arlete Sampaio que três dos grandes jornais brasileiros hoje publicaram editoriais – quando temos um editorial, é importante sabermos que é a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

opinião do jornal; não é a opinião do jornalista, o editorial é a posição do jornal – falando sobre a incapacidade do Presidente capiroto de governar: os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*.

Eu não tenho mais nenhuma dúvida de que o capiroto vai cair. Eles estão organizando o desembarque para que assuma o poder o Mourão. Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Mourão tem se mostrado até simpático com os jornalistas e com as jornalistas. Infelizmente, é o que está acontecendo no Brasil.

Comentei várias vezes em debates que a Operação Mãos Limpas, na Itália, resultou no Berlusconi, e que a Operação Lava Jato, no Brasil, resultou no capiroto. Incapaz, incompetente, irresponsável e, acima de tudo, provocador!

Nós sabemos, Deputada Arlete Sampaio, que as Forças Armadas brasileiras têm generais, almirantes e brigadeiros que não são golpistas. Eles se formam dentro das hostes da democracia e estão insatisfeitos com essa provocação que o capiroto fez de determinar que os quartéis comemorem o dia 31 de março. Isso é uma vergonha!

Ele foi ao Chile, e o próprio Presidente do Chile – depois de ver quem é ele – já está dizendo que ele é incompatível com a democracia, pois ele foi lá elogiar um ditador sanguinário, que foi o Pinochet. Aqui no Brasil, ele disse que é discípulo do Coronel Ustra.

Ele chega a tal ponto de absurdos que diz que dorme com uma arma sob o travesseiro. É o Presidente da República, que tem toda a segurança disponível! Ele precisa de arma no travesseiro? É um doente, uma pessoa realmente incapaz, insana! Eu já falei e vou repetir desta tribuna: o capiroto precisa de uma junta médica para investigar o estado de sanidade dele. Certamente vão propor o seu afastamento, porque ele não está bem das faculdades mentais. Se investigarem, vão afastá-lo, até por que o cara se aposentou como louco, pelo Exército Brasileiro.

Portanto, esse é o resultado do golpe de deposição da Dilma. Aliás, hoje também saiu uma notícia dizendo que a perícia atestou que a Dilma não participou de pedalada fiscal; foi um motivo para afastá-la e jogar o Brasil no abismo que está.

Dito isso como Deputado Distrital, também quero tratar da minha província. Quero falar da situação que vive hoje o Distrito Federal, especialmente no que se refere ao asfalto, principalmente o da Ceilândia. Eu vejo o Governador falando de plano para tudo! Eu tenho defendido, e é urgente, um plano de recuperação da malha asfáltica do Distrito Federal.

O asfalto da Ceilândia, de Taguatinga, do Gama e de Planaltina está velho, apodreceu! Não tem mais como continuar tapando buraco! Temos que entrar com a terceira etapa da Operação Asfalto Novo, que o Governador Agnelo iniciou, e a qual, infelizmente, o Rollemberg parou: você arranca todo o asfalto velho, faz uma nova base e coloca o novo asfalto.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Andando hoje nas ruas da Guariroba, só tem buraco; você vai ao P Sul, só tem buraco; P Norte, a mesma coisa; Ceilândias Norte e Sul, do mesmo jeito. Portanto, o cidadão tem razão de estar indignado: paga IPVA caro, e, na hora que sai de casa, tem o carro quebrado.

Governador, vamos lançar um programa de recuperação do asfalto da nossa cidade? Obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento acerca do pronunciamento da Deputada Arlete Sampaio sobre a situação, que preocupa a toda a Câmara Legislativa, no tocante ao concurso da Sedest do último final de semana – inclusive V.Exa. também, como temos notícias, está preocupado com esse tema.

Eu conversei por telefone, rapidamente, com o Secretário Eduardo Zaratz. Primeiro, ele me deu algumas informações, que já são públicas: trata-se de um contrato que foi feito com dispensa de licitação, ainda na gestão anterior, sem ônus para o GDF; e que esse processo tramitou ainda na gestão do Rodrigo Rollemberg.

No início deste governo, ele procurou a banca. Como é um concurso sem ônus para o GDF, toda a parte logística, contratualmente falando, ficou a cargo da banca. Mas a Secretaria procurou a banca – está documentando, há agenda – para oferecer apoio logístico, ou mesmo de policiamento, para a realização da prova, o que foi recusado pela banca, que disse ter todas as condições de logística para realizar o evento.

Acontece que – como já é público também – houve atraso, houve extravio, e por falta de segurança, de fiscais, enfim, de logística, deu no que deu, havendo esse problema todo.

Existe um entrave também porque o contrato foi assinado – e aí, para minha surpresa; pedimos para ver e realmente ocorreu, Sr. Presidente – sem um termo de garantia por parte da banca. Então, a banca não apresentou, Deputada Arlete Sampaio, as garantias para a realização do evento.

No estágio atual, há uma consulta à Procuradoria-Geral e foi feito um questionamento oficial à empresa. A empresa foi oficiada e a Procuradoria-Geral do DF entrou no circuito para estudar as medidas, com o olhar do que a Deputada Arlete Sampaio já colocou, da necessidade que o sistema tem, Deputado Fábio Felix, de realização para o cumprimento dessas vagas.

O que eu queria trazer ao Plenário é que, tanto para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, para a Comissão de Assuntos Sociais, como para qualquer comissão, o Secretário Zaratz se ofereceu para, em qualquer dia, qualquer horário, Deputada Arlete Sampaio, comparecer a esta Casa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

para prestar os esclarecimentos e dizer dos encaminhamentos que estão sendo tomados no tocante a essa situação complicada que foi esse cancelamento.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, para complementar a fala de V.Exa., quero dizer que nós recebemos hoje, inclusive na Presidência da Câmara Legislativa, o Diretor-Presidente do Ibrae. Já foi falado inclusive em plenário – viu, Deputado Cláudio Abrantes? –, que nós recebemos o Presidente do Ibrae aqui, ele prestou os esclarecimentos e conversou com um grupo de Deputados e com o Presidente desta Casa. Havia uma representação da Secretaria de Desenvolvimento Social também presente na reunião, que falou um pouco das atitudes que estavam sendo tomadas.

Acho que a nossa função, como Comissão e como Parlamentar, é acompanharmos, com fiscalização, o processo de execução desse concurso, especialmente para que não aconteça mais uma “Novacap” – acho que é o trauma de concurso que temos vivido no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho hoje também falar, como falaram o Deputado Jorge Vianna, a Deputada Arlete Sampaio, nossa querida Deputada, e outros Parlamentares, da questão da saúde no Distrito Federal.

Eu costumo dizer para as pessoas que, das demandas que eu, como Deputado, recebo durante toda semana, 70% são cobrando atitudes positivas em relação à saúde no Distrito Federal.

Sabemos que está bem difícil. Acreditamos que o Governador Ibaneis esteja, de fato, tratando para que a nossa saúde possa sair dessa situação de calamidade que está hoje.

Nessa semana, por exemplo, recebi várias ligações, várias demandas das pessoas falando da Farmácia de Alto Custo, onde quarenta tipos de remédios essenciais, principalmente às crianças, estão faltando na farmácia de alto custo.

Então, nós hoje fizemos uma indicação que solicita que o Governador do Distrito Federal libere os recursos necessários para a aquisição desses medicamentos. Peço inclusive às comissões das quais os Deputados e as Deputadas estiverem participando que deem celeridade a essa indicação, para que possamos exigir do governo que esses medicamentos não falem nas nossas farmácias, o que dará a essas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

famílias, que muitas vezes têm familiares com doenças graves, em situações emergenciais, condições de terem uma melhor qualidade de vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 18, relativos aos vetos, para votarmos as demais proposições da Ordem do Dia.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu peço que apreciemos os projetos constantes dos itens nºs 19 e 21 agora no início, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Os itens nºs 19 e 21, Deputada?

Deputada Júlia Lucy, nós temos aqui a pauta a partir do item nº 19. Passando pelo sobrestamento dos vetos, nós começaremos pelo item nº 19, que é exatamente o item que V.Exa. está solicitando.

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Secretário que proceda à leitura do primeiro item para apreciação. Antes, porém, pergunto aos Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito ao Secretário que proceda à leitura dos próximos itens para apreciação em bloco.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 32:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 15, de 2019, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que se especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, na ocasião da sessão solene em homenagem ao Hospital Regional do Gama, em comemoração ao seu 52º aniversário”.

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 21, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de louvor, homenageia e parabeniza pelos relevantes serviços prestados as autoridades ligadas aos segmentos religiosos, síndicos, representantes de quadras e lideranças comunitárias do Riacho Fundo I”.

Item nº 34:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 22, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento e louvor ao 3º SGTQPPMC Cláudio da Silva Campos, matrícula 74.138/8, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em ato de bravura quando, mesmo de folga, teria presenciado o capotamento do Honda Civic de Placa JFL 1414/DF, não hesitando em ajudar. Ao se aproximar, percebeu que se tratava de veículo roubado, entrou em luta corporal, conseguindo derrubar a arma de um dos indivíduos, sendo que o segundo fugiu, capturado minutos depois, fato este que culminou com a prisão em flagrante de Douglas Nascimento de Souza e na detenção do menor CHFA, ambos encaminhados à Sexta Delegacia de Polícia do Paranoá, objeto da Ocorrência nº12.027/2018-0”.

Item nº 35:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 23, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “manifesta votos de louvor pelos 20 anos da conquista do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série B pela Sociedade Esportiva do Gama”.

Item nº 36:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 24, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento e louvor ao SD QPPMC Eli Marques Junior, matrícula 732.916-4, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em ato de bravura que culminou com o salvamento da vida do Sr. Manoel Marques de Souza Neto, no dia 16 de março de 2019, às 9h50min, no Setor Recreativo Cultural, Clube Recreativo Vale Verde, próximo à Praça São Sebastião, em Planaltina, Distrito Federal, conforme demonstrado no Registro de Atividade Policial nº 038494-2019”.

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 25, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento e louvor ao QPPMC Ediman Francisco Ribeiro, matrícula 22.841-9, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em ato de bravura que culminou com o salvamento da vida do Sr. Manoel Marques de Souza Neto, no dia 16 de março de 2019, às 9h50min, no Setor Recreativo Cultural, Clube Recreativo Vale Verde, Próximo à Praça São Sebastião em Planaltina, Distrito Federal, conforme demonstrado no Registro de Atividade Policial nº 038494-2019”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 238, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de Audiência Pública, em 11 de abril de 2019, às 10 horas, no Assentamento Santa Luzia, na Cidade Estrutural, para tratar da proposta de regularização com assentamento em urbanização linear nas bordas mais ao norte da Cidade Estrutural”.

Item nº 39:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 241, de 2019, de autoria do Deputado Hermeto, que “solicita realização de audiência pública para discussão do tema: 'Militarização das Escolas Públicas do Distrito Federal', a realizar-se no dia 22 de abril de 2019, às 19 horas, no plenário desta Casa”.

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 255, de 2019, de autoria de vários Deputados, que “requer a realização de sessão ordinária itinerante no mês de abril de 2019, na administração regional do Recanto das Emas, dentro do projeto Câmara em Movimento”.

Item nº 41:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 257, de 2019, de autoria do Deputado Valdelino Barcelos, que “requer a realização de audiência pública no dia 26 de abril de 2019, às 19h, no plenário desta casa, para debater sobre o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho – Abril Verde”.

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 258, de 2019, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “requer a realização de audiência pública para discutir a regulamentação da oferta da disciplina Língua Espanhola na rede pública de ensino do DF”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 27, de 2019, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 26, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “manifesta o desejo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 372, de 2017, que ‘cria as polícias penais federal, estaduais e distrital’”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 281, de 2019, de autoria do Deputado Hermeto, que “requer realização de audiência pública para discutir a regularização da Vila Cauhy, a realizar-se no dia 15 de abril de 2019, às 19h, no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 287, de 2019, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que requer a “realização de audiência

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

pública a fim de se discutir a regulamentação da Lei nº 6.023, de 2017, e a revisão da Lei nº 4.571, de 2012”.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Consulto os Líderes se há acordo para votação dos requerimentos e das moções, em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Houve acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero destacar, para votação em separado, a Moção nº 15, é o item nº 32 da pauta. Já destacamos umas três vezes, estou destacando de novo porque essa moção é problemática. É uma moção que parabeniza um determinado cidadão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Ok. Acato a solicitação de V.Exa. Fica retirado da votação em bloco.

Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA	
---	--	---

DATA: 26/03/2019

MOÇÕES Nº	21/2019; 22/2019; 23/2019; 24/2019; 25/2019; 27/2019; 26/2019.							
REQUER Nº	238/2019; 241/2019; 255/2019; 257/2019; 258/2019; 281/2019; 287/2019.							
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS				TURNO ÚNICO			
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	ARLETE SAMPAIO	PT	1					
3	CHICO VIGILANTE	PT	1					
4	CLAUDIO ABRANTES	PDT	1					
5	DANIEL DONIZET	PSL	1					
6	DELMASSO	PRB	1					
7	EDUARDO PEDROSA	PTC	1					
8	FÁBIO FELIX	PSOL	1					
9	HERMETO	MDB				1		
10	IOLANDO ALMEIDA	PSC	1					
11	JAQUELINE SILVA	PTB	1					
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	1					
13	JORGE VIANNA	PODEMOS	1					
14	JOSÉ GOMES	PSB				1		
15	JÚLIA LUCY	NOVO	1					
16	LEANDRO GRASS	REDE	1					
17	MARTINS MACHADO	PRB	1					
18	PROFESSOR REGINALDO VERAS	PDT	1					
19	REGINALDO SARDINHA	AVANTE	1					
20	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD				1		
21	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
22	TELMA RUFINO	PROS	1					
23	VALDELINO BARCELOS	PP	1					
24	RAFAEL PRUDENTE	MDB	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24
RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS								
20	VOTOS SIM							
0	VOTOS NÃO							
0	ABSTENÇÕES							
4	AUSÊNCIAS							
0	OBSTRUÇÕES							
20	QUÓRUM VOTANTE							

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº _____ / _____
Folha nº _____

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: os requerimentos e as moções foram aprovados com 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Estão aprovados.

Retifico que a Moção nº 26, de 2019, é de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha e não do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que se retirasse de pauta hoje o item nº 20.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. O item nº 20 está retirado de pauta na votação de hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para convidar os Deputados, amantes da democracia, e os funcionários desta Casa para um importante debate hoje no Teatro do Sindicato dos Bancários.

É um debate com o escritor Fernando Moraes. O tema: Diálogos Contemporâneos. O Fernando de Moraes estará em Brasília hoje falando de literatura e de democracia, nesses momentos atuais que estamos vivendo. Então, é muito importante. Quem tiver interesse de assistir ao Fernando Moraes eu gostaria de convidar a comparecer hoje, às 19h, no Sindicato dos Bancários.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de protocolar um requerimento na Mesa desta Casa. Minha solicitação é que se faça a leitura do Requerimento de minha autoria e de mais sete Deputados, que solicita a criação da CPI dos Maus-Tratos de Animais.

Temos visto ultimamente no Distrito Federal várias operações da Delegacia Especial de Meio Ambiente que têm desbaratado diversas questões que têm tratado dos maus-tratos de animais. Ontem mesmo, um morador de rua foi preso ao tratar mal, ao estuprar, praticamente, uma cadela no Paranoá.

Então, solicito a V.Exa. que seja lido o requerimento protocolado na Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência informa que estamos recebendo aqui alguns empresários do Pró-DF, o Júnior Carvalho, o ex-Deputado Lira, por quem tenho profundo respeito. Inclusive, trabalhamos juntos durante dois anos na Comissão de Assuntos Fundiários, na qual eu tive o privilégio de apreciar a matéria constante do Projeto de Lei nº 2.164, de 2018.

Estou aqui, Deputado Chico Vigilante, sobrestando os vetos para que possamos apreciar os projetos de Deputados e, na próxima sessão, possamos apreciar os vetos. E por que estamos fazendo isso? Primeiro, porque vários Deputados pediram retirada, outro, derrubada, outro, manutenção dos vetos. Então, para que os Deputados tragam na próxima reunião o seu consentimento e avaliação de cada um desses vetos. Há muitos vetos importantes, em especial, o relativo ao item nº 7, que diz respeito ao pessoal de São Sebastião, especialmente do Pró-DF, que vem pedindo. E por que não vamos apreciar o item nº 7 na data de hoje? Para deixar claro aos senhores, quero dizer que temos total sensibilidade quanto a esse assunto, mas, se colocarmos a apreciação desse veto hoje, os senhores vão perder. Precisam construir aqui. Acho que uma semana é plausível para que isso aconteça e para que, na próxima terça-feira, a gente traga ao plenário e possa sair vitorioso desse processo.

Daremos continuidade aos itens de pauta.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 226, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar”.

Aprovado em primeiro turno. Apresentadas sete emendas de plenário, as comissões deverão se manifestar sobre elas.

Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 226, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar”.

A Emenda de Plenário nº 1, da Deputada Arlete Sampaio, altera a ementa do projeto para especificar a violência contra a mulher, que difere da violência doméstica ou intrafamiliar. A proposta apresenta com maior rigor o projeto de lei. Por isso, o parecer é pela aprovação da emenda.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

A Emenda de Plenário nº 2, da Deputada Arlete Sampaio, determina que a multa administrativa deve ser aplicada segundo a capacidade econômica do autor da agressão e impõe o limite máximo de um salário mínimo para multa. A emenda adéqua a proposta ao caráter administrativo da multa, que não pode ser confundida com uma pena, além disso traz o princípio da justiça social ao adequar a multa à capacidade econômica de cada pessoa. Por isso, oriento a aprovação da Emenda de Plenário nº 2.

A Emenda de Plenário nº 3, da Deputada Arlete Sampaio, inclui o contraditório e a ampla defesa no processo administrativo que definirá a aplicação da multa administrativa ao agressor identificado. A proposta adéqua o processo aos princípios do nosso ordenamento jurídico e ao devido processo legal. Por isso, deve ser aprovada. O parecer também é pela aprovação da Emenda de Plenário nº 3, da Deputada Arlete Sampaio.

A Emenda de Plenário nº 4, também de autoria da Deputada Arlete Sampaio, suprime o art. 7º do referido projeto de lei, que diz que “a Administração Pública avaliará a conveniência e a oportunidade de firmar convênios com particulares visando a cobrança dos créditos estipulados nesta lei”. A autora da emenda argumenta que o Estado é o responsável pela aplicação desse tipo de multa e que essa função não pode ser delegada a entidades privadas que não participaram dos procedimentos para identificação do autor da agressão e tampouco do processo administrativo respectivo. De fato, uma multa administrativa desse tipo não pode ser confundida com uma cobrança qualquer e não pode ser delegada a particulares. Por isso, a emenda deve ser aprovada.

O parecer é pela aprovação das quatro emendas apresentadas pela Deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Antes de dar o resultado com o número de votos, retorno a palavra ao Relator. A assessoria está me informando que faltou o parecer a três emendas. São sete emendas, Deputado.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos tentando chegar a um entendimento porque as emendas apresentadas pela Deputada Júlia Lucy prejudicam o marco temporal apresentado nas emendas da Deputada Arlete Sampaio. Então, estamos tentando fazer, no âmbito da CDDHCEDP,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

uma discussão sobre a possibilidade de chegarmos a um acordo, porque, neste caso, eu teria que propor a rejeição das três emendas apresentadas pela Deputada Júlia Lucy ao projeto dela, já que eu apresentei meu parecer. Já tínhamos analisado com mais presteza as emendas apresentadas pela Deputada Arlete Sampaio.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que fizesse uma inversão de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Do item nº 20 o Deputado João Cardoso pediu a retirada, porque nós não temos ainda a comissão de PELO formatada. Será publicada possivelmente até a data de amanhã a convocação da eleição da comissão de PELO para a próxima terça-feira.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 148, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “altera a Lei nº 6.266, de 29 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais utilizarem canudo e copo fabricados com produtos biodegradáveis na forma que menciona”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo trabalho feito pela Deputada Júlia Lucy, mas o problema é que há uma série de emendas que não foram discutidas, portanto, vamos precisar de tempo para discuti-las, inclusive com S.Exa. e sua assessoria, porque há emendas que vão desfigurar o projeto. Logo, peço a V.Exa. que retire o projeto da pauta para o apreciarmos na próxima terça-feira.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou me solidarizar com a Deputada Júlia Lucy porque esse projeto já faz um tempo que está sendo comentado aqui, já há um tempo estamos falando sobre ele, é uma peregrinação da Deputada para aprová-lo. Acredito que temos que votar esse projeto hoje para acabar de vez com essa história de canudo. Vamos tentar achar uma solução para votarmos esse projeto, pois a população também espera por isso o mais rápido possível.

Obrigado.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, corroboro aqui a proposta do Deputado Chico Vigilante porque a gente teve acesso às

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

emendas, ao substitutivo que a Deputada apresentou, somente há pouco tempo. A gente está, inclusive, fazendo uma análise técnica com o pessoal aqui que é da área de meio ambiente para poder entender algumas terminologias e o desdobramento dessas terminologias na implementação da lei. Então, eu acho importante que a gente tenha só um pouquinho de tempo para fazer essa discussão e essa análise. Como S.Exa. sugeriu, que a gente possa apreciar o projeto talvez amanhã ou mais adiante, inclusive.

Peço essa gentileza para que a gente possa cumprir o mérito da lei e também fazer análise em relação ao prazo de implementação, que era, na proposta de substitutivo, de dois anos, depois houve uma emenda ao próprio projeto reduzindo para um ano, mas parece que haverá uma outra para voltar para dois anos. A gente queria entender um pouco também essa proposta.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu falo do ponto de vista do mandato, não estou falando como liderança. Quero corroborar o posicionamento do Deputado Jorge Vianna no sentido de que a gente precisa dar uma resposta rápida para esse segmento. Eu tenho acompanhado também esse processo e tenho visto a boa-vontade, a luta da Deputada Júlia Lucy no sentido de dar uma solução para isso. Hoje, fala-se de efetividade de lei, mas em todos os cantos a que se vá a lei que foi promulgada não está sendo cumprida. Eu penso que o projeto trata de dar um lapso temporal para a adaptação. Inclusive temos uma emenda, em acordo com a autora do projeto.

Eu creio que a gente deve dar essa resposta o quanto antes. Não vejo... Esse debate está aqui desde a convocação extraordinária, quando já se falava desse projeto. A Deputada Júlia Lucy conversou com todos os Deputados. Então, eu acho que a gente poderia, sim, votá-lo rapidamente. Apreciam-se as emendas – não são emendas complexas – do texto original, que já estava. As que forem muito complexas, que se rejeitem e trate-se delas em outro momento. Eu acho que a gente tem que dar uma resposta porque, todas as vezes formos trazer esse projeto ao plenário, vai haver emendas. Aí, se a gente for cada vez procrastinando, deixando isso para frente, vai ficar muito complicado, Sr. Presidente.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que é um projeto que pode chegar a uma votação consensual nesta Casa, se discutido. Mas tem alguns problemas.

Tem uma emenda que foi apresentada pela Deputada Júlia Lucy que troca o termo “biodegradável” pelo termo “degradável”. O que isso modifica na emenda que S.Exa. apresentou? Do nosso ponto de vista, alguns movimentos ambientalistas não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

reconhecem – eu não sei se o Deputado Cláudio Abrantes tem vínculo com movimentos ambientalistas – os instrumentos materiais degradáveis porque eles são sintéticos. Eles falam que o impacto deles na sociedade é um impacto, justamente, quase o mesmo... é um semiplástico. Então, vai-se beneficiar uma nova empresa que produz um plástico parcial um pouco melhor ambientalmente.

Então, os movimentos ambientalistas procuraram o nosso mandato, têm procurado os mandatos preocupados com esse ponto. A gente quer tentar chegar a um acordo com a Deputada Júlia Lucy. S.Exa. mesmo apresentou uma emenda tentando modificar para um ano, e o Deputado Cláudio Abrantes apresentou uma nova emenda mantendo dois anos.

Eu acho preocupante, Sr. Presidente, porque esta Casa aprovou esse projeto, por unanimidade, em dezembro. Vai parecer que a Casa é *fake news*. Apresentou proibindo, aí a Deputada Júlia Lucy percebeu que tinha um problema com o prazo, que isso era ruim para o setor produtivo, mas já é uma coisa ruim para a Casa aprovar um projeto em dezembro e a gente o estar corrigindo agora. Eu acho que já é uma posição ruim, mas tudo bem. Existem bons argumentos nesse sentido. Nós não estávamos aqui – não é, Deputada Júlia Lucy? – na legislatura passada.

Mas existe, ainda, uma divergência que eu acho que é de conteúdo. Acho que temos que tomar o cuidado de fazer uma discussão mais afinada com a pluralidade dos movimentos ambientalistas antes de tomarmos uma decisão. E eu acho que a gente pode tentar até amanhã chegar a um consenso.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós entendemos a preocupação, tanto é que a construção desse projeto foi feita com o movimento ambientalista também. Quando a gente coloca “biodegradável sintético” é porque ele pode, é um material que pode, sim, ser processado sem prejudicar o meio ambiente.

Essa emenda já foi apresentada há um bom tempo. Já deu tempo, sim, de os colegas a analisarem. O fato é que essa lei, do jeito que está hoje, não tem condições de ser aplicada. Não há substituto, não há fornecedor. Eu tive oportunidade, inclusive, de ir a São Paulo para fazer a análise dessa cadeia produtiva. Nem São Paulo consegue fornecer para o Distrito Federal. Então, nesse caso, o empresário que é rico, que consegue comprar vidro, consegue substituir; o pobre, o pequeno empreendedor não consegue, e ele está tendo que parecer um contrabandista hoje, ficar escondendo os pratos de plástico que está usando.

Essa emenda que apresentei, já tem muito tempo que foi apresentada, Deputado Fábio Felix. Eu tenho, também, muita preocupação com o meio ambiente. Tenho conselheiro, inclusive, nessa área. Por isso que a gente colocou biodegradável sintético também, porque hoje a indústria não consegue fornecer.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Ou então vai ser mais uma lei que não vai servir para nada? Por favor, gente, a gente está discutindo isso já há muito tempo. Depois a gente reclama de falta de emprego nesta cidade. O empreendedor que gerar emprego, quer continuar funcionando, e a gente está colocando aqui um impedimento dessa ordem para eles, principalmente para o mais pobre?

Eu peço, por favor, que votemos agora esse projeto. Inclusive, eu vou ser bem sincera: dois anos são poucos. Uma cadeia produtiva se reestruturar em dois anos? É pouco. Se a gente não fizer uma campanha pesada, também em dois anos eles não vão conseguir se restabelecer. Vamos ser um pouco razoáveis neste momento, agora, e passar para frente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou bastante sensível a esse tema e coaduno com algumas colocações da Deputada Júlia Lucy e dos outros colegas também, mas está claro, Sr. Presidente, que o tema não está pacificado e, por uma questão de prudência, dada a importância do projeto... Deputada Júlia Lucy, V.Exa. me perdoe. Eu concordo com tudo o que V.Exa. está falando. Mas, por uma questão de prudência, mesmo com o passar do tempo, mas de forma madura, que a gente possa retirar esse projeto de pauta e discuti-lo no momento mais breve possível, mas de forma mais madura.

O projeto já trouxe alguns incômodos com a sua entrada em vigor de forma imediata. Isso trouxe um grande transtorno para os comerciantes que tinham um estoque grande. Agora a gente vem e aprova isso, mas aprova de uma forma que não está bem discutida.

Então, Sr. Presidente, eu coaduno com aqueles que pedem a retirada do projeto de pauta.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é mais para polemizar, até porque acho que a discussão está em torno de se votamos hoje ou na próxima terça, ou amanhã. Então, como está todo mundo se manifestando, eu gostaria de encaminhar a questão de ordem para V. Exa. ver o posicionamento dos Líderes para a gente definir logo se vota ou se a gente pula para outro ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado, eu vou encurtar um pouquinho essa discussão e vou fazer o seguinte: Nós, primeiro, votamos, eu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

participei dessa votação no final do ano passado, depois o Governador fez um veto que suprimia os 90 dias. Nós ouvimos o setor produtivo, fizemos um acordo entre os Deputados e conseguimos os 90 dias termos um tempo e um prazo para resolver essa situação de uma forma definitiva.

A Deputada Júlia Lucy apresentou um projeto, conforme combinado. Nós aprovamos na semana passada o regime de urgência que nos dá 45 dias para aprovação e apreciação desse projeto. Então eu faço um pedido aqui em especial, até para a gente não ter que remendar esse projeto mais uma vez votando a toque de caixa no dia de hoje, para que a gente faça essa votação aqui na próxima terça-feira, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu faço um apelo aqui, diante da urgência e da importância desse projeto, para que o Deputado Eduardo Pedrosa se reúna na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que nós não podemos atropelar, Deputada Júlia Lucy, e, inclusive V. Exa. faz parte dessa comissão; para que o Deputado Reginaldo Sardinha, pela Comissão de Constituição e Justiça, consiga fazer um relatório coeso e bem feito em consonância com a vontade popular e com o setor produtivo, para que possa fazer a sua análise técnica; também para o Deputado Jorge Vianna, que é o relator da matéria na Comissão de Defesa do Consumidor, designado pelo seu presidente.

Então sugiro aqui, faço esse encaminhamento aos senhores para que a gente aprecie esse projeto na próxima terça-feira, de preferência sem trazer esses relatórios ao plenário. Caso assim seja necessário, assim o faremos, mas solicito aos presidentes de comissão para que possam se reunir e discutir esse projeto que é importante. Isso tudo para que a gente não precise reunir novamente para tratar sobre esse tema aqui, que já foi tratado por duas vezes nesta Casa.

Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 245, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “institui a Semana Distrital da Mulher Trabalhadora Rural, a ser realizada, anualmente, na semana do 12 de agosto”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 245, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “institui a Semana Distrital da Mulher Trabalhadora Rural, a ser realizada, anualmente, na semana do 12 de agosto”.

Compete à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito de matérias.

Pelo exposto, manifestamos voto pela aprovação do PL nº 245, de 2019.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 245, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “institui a Semana Distrital da Mulher Trabalhadora Rural, a ser realizada, anualmente, na semana do 12 de agosto”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do PL nº 245, de 2019.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26	03	2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Em discussão o Projeto de Lei nº 245, de 2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir uma inversão, a retirada do item nº 24, poderíamos deixar para votá-lo mais para frente, pois estamos chegando a um acordo aqui com a Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 249, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a reserva de vagas e prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Governo do Distrito federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Jorge Vianna, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Jorge Vianna, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 249, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a reserva de vagas e prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Governo do Distrito federal e dá outras providências”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

O Projeto de Lei nº 249, de 2019, tem por objetivo assegurar que 2% das unidades habitacionais em programas de moradia oficiais do Governo do Distrito Federal sejam destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 249, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras. De acordo com a Assessoria e com a nossa avaliação, somos de parecer favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 249, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a reserva de vagas e prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Vou direto ao voto: “O presente projeto tem o intuito de reparar uma condição de vulnerabilidade social, da qual muitas mulheres são vítimas, de forma a garantir o pleno acesso à cidadania, à igualdade material e à dignidade humana. No Distrito Federal, já há a Lei nº 6.192, de 2018, de autoria da Deputada Telma Rufino, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal para incluir como prioridade as mulheres vítimas de violência doméstica que atendam aos requisitos que especifica. No entanto, isso não impede a aprovação do presente Projeto de Lei nº 249, de 2019, tendo em vista que a primeira estipula a prioridade das mulheres vítimas de violência doméstica, enquanto o segundo estabelece um nível a mais de proteção, fixando um percentual mínimo de 2% de vagas para as mulheres no sistema habitacional popular, mediante a comprovação de medida protetiva ou o trânsito em julgado da condenação, não estabelecendo nenhuma divergência com a primeira.”

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Portanto, manifestamo-nos, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, pela aprovação do Projeto de Lei nº 249, 2019.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, designo o Deputado Daniel Donizet.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Daniel Donizet, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 249, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a reserva de vagas e prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Governo do Distrito federal e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 249, de 2019, tem por objetivo assegurar que 2% das unidades habitacionais em programas de moradias oficiais do Governo do Distrito Federal sejam destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 249, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 Deputados.

Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 251, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a garantia de assistência psicológica sigilosa com vistas à redução do assédio contra mulheres no ambiente profissional, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres das comissões: a Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Jorge Vianna, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Jorge Vianna, que emita o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 251, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a garantia de assistência psicológica sigilosa com vistas à redução do assédio contra mulheres no ambiente profissional, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

A Presidência designa o Deputado Fábio Felix para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 251, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a garantia de assistência psicológica sigilosa com vistas à redução do assédio contra mulheres no ambiente profissional, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, segundo dados coletados pela Datafolha divulgados em 2018, cerca de 42% das mulheres acima de 16 anos já sofreram assédio sexual em algum momento da vida. Segundo a pesquisa, o assédio no trabalho, nas suas formas verbal e física, foi relatado por 15% das brasileiras. O atendimento às vítimas de assédio proposto nesse projeto possui caráter de reparação dos danos causados. Para combater o assédio contra mulheres é preciso muito mais que isso, especialmente políticas de prevenção e combate ao machismo institucional e estrutural. A iniciativa é meritória, especialmente para a reconstrução da vida e da moral da vítima no assédio, de forma a garantir o pleno acesso à cidadania, à igualdade material e à dignidade humana.

Portanto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, nós nos manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 251, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu terei que sair agora, mas quero chamar atenção para o item nº 28 da pauta. É o Projeto de Lei nº 253, de autoria do Deputado Jorge Vianna. Eu quero chamar atenção da Casa e da Assessoria de Plenário. Já há uma lei tratando do mesmo teor em vigor no Distrito Federal, que é de autoria da Deputada Lucia Carvalho. Não se pode legislar quando já existe uma lei. O projeto está impossibilitado de tramitação nesta Casa, a não ser que se proponha revogar a lei.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, existe um projeto e, assim como o da Deputada Lucia Carvalho, de 2002, existem outros tantos projetos sobre assédio moral. Inclusive acabamos de aprovar um projeto sobre assédio moral. O fato de ter a palavra assédio moral não quer dizer

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

que as leis são idênticas ou a mesma coisa. Não é. Este projeto sobre assédio moral que a gente está propondo prevê não multa. O projeto da Deputada Lucia Carvalho prevê multa, o que, em tese, não poderia ser feito pelas câmaras estaduais. O nosso projeto não prevê multa, mas uma sanção administrativa, que é não poder assumir cargo público. É o mínimo que o assediador pode sofrer como sanção administrativa. Propomos uma sanção administrativa, não penal. O projeto da Deputada Lucia Carvalho, de 2002, se não me engano, previa multa de 10 mil reais. O que não é o caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, Deputado.

Nós vamos votar esse projeto em primeiro turno. Eu quero alertar também que houve algo parecido com o projeto de lei que nós aprovamos, do Deputado Reginaldo Sardinha, que é o item nº 25. Há também o entendimento de que há uma legislação muito parecida feita pela Deputada Telma Rufino. Eu peço ao relator da Comissão de Constituição e Justiça que faça essa análise. Talvez, Deputado Jorge Vianna, V.Exa. possa apresentar uma alteração da lei já em vigor. Mas isso cabe a V.Exa. construir com o parecer da CCJ.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero chamar atenção da assessoria desta Casa que cuida da tramitação de projeto para ter o máximo de cuidado, porque estão apresentando muito projeto com lei já existente. Nós não podemos ter quantidade. Nós temos que ter qualidade. Se já há uma lei que está em vigor e não estão cumprindo, vamos brigar pelo cumprimento da lei, e não apresentar outra.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Mais uma vez, eu reitero: o fato de ter a palavra assédio moral não quer dizer que seja a mesma coisa. Nós podemos fazer vários dispositivos aqui no sentido de impedir, de coibir o assediador. Eu acredito que o que for demais, mas que seja benefício principalmente para as mulheres...

Esse projeto nosso prevê sanções e visa coibir a prática assediadora em ambientes hospitalares, em que predominantemente há mulheres. Nós estamos no mês das mulheres, e o mínimo que nós podemos fazer é algum dispositivo, alguma lei, algum projeto: alguma coisa que possa beneficiar essas mulheres que são assediadas.

Então, acredito, Sr. Presidente, que, embora tenhamos algumas coisas parecidas, não há o mesmo teor. Aí, eu peço a gentileza de a gente analisar o projeto. Evidentemente, se houver entendimento, a gente pode, com certeza, mexer em algo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

e tudo mais. Até em considerações às outras leis que foram votadas, nós nem pedimos emenda, nem anulação das leis. Apenas criamos mais dispositivos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Vamos dar prosseguimento. Nós entraremos em processo de votação. O Deputado Fábio Felix já deu seu parecer.

Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao Projeto de Lei nº 251, de 2019, está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui em mãos um parecer técnico desta Casa. Parte do parecer, que foi encaminhado ao gabinete do Deputado Jorge Vianna, diz o seguinte: “Considera-se assédio moral a determinação de atribuição estranha ou de atividades incompatíveis com o cargo ou função ou ainda designar para funções triviais pessoas técnicas e especializadas”.

O que diz o parecer técnico? Ele diz que já há, no ordenamento jurídico, a Lei nº 2.949, de 2002, que estabelece as mesmas coisas desse projeto em seu art. 2º, inciso IV: “exigir do subordinado, com o intuito de menosprezá-lo, tarefas incompatíveis com as funções para as quais foi contratado”.

Portanto, essa lei, no Distrito Federal, vale para o Distrito Federal todo. Não é só para um segmento. Eu estou deixando isso claro para depois o assunto não ficar parecido e colocarem nas redes sociais que eu estou contra o combate ao assédio. Não. Eu estou dizendo que já há uma lei. Vamos lutar pelo cumprimento da lei existente. É isso que eu estou dizendo.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, o que é assédio moral? Assédio moral é qualquer ato, prática, sistemática que cause um transtorno psicológico no assediado, seja de cima para baixo, de baixo para cima ou colateral. Qualquer lei que tiver essa redação trata de assédio moral. Assédio moral é crime. Ponto. Todos nós sabemos. Então é meio ilógico o Jorge criar uma lei proibindo assédio moral sendo que já é proibido?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Por que nós estamos colocando, inclusive, a palavra “proibido” em assédio moral? Porque nós estamos querendo criar agora uma nova modalidade de “punição” – entre aspas – para o assediador. Nós já temos as punições específicas para o crime de assédio moral. Então, em Brasília, a Câmara Legislativa está inovando criando uma lei legítima que penaliza o agressor com uma sanção de não poder assumir cargo público. Isso não há em lei nenhuma. Nós estamos criando uma lei. Então, ela inova.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, designo o Deputado Daniel Donizet.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Daniel Donizet, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 251, de 2019, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “dispõe sobre a garantia de assistência psicológica sigilosa com vistas à redução do assédio contra mulheres no ambiente profissional, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 251, de 2019, tem por objetivo assegurar o direito a assistência psicológica sigilosa às mulheres no âmbito da Administração Pública do DF.

No âmbito da CCJ, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 251, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 251, de 2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 256, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece prioridade para realização do exame toxicológico quando se tratar de violência contra mulher, na rede pública de saúde do Distrito Federal, em que tenha sido drogada ou dopada por substâncias psicotrópicas ou sintéticas sem consentimento, por seu agressor”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura; a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Jorge Vianna, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 256, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece prioridade para realização do exame toxicológico quando se tratar de violência contra mulher, na rede pública de saúde do Distrito Federal, em que tenha sido drogada ou dopada por substâncias psicotrópicas ou sintéticas sem consentimento, por seu agressor”.

Como as senhoras e os senhores estão observando, aqui nós estamos tratando de pautas principalmente relacionadas à violência contra a mulher. Então, obviamente, esta comissão é de parecer favorável ao projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 256, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece prioridade para realização do exame toxicológico quando se tratar de violência contra mulher, na rede pública de saúde do Distrito Federal, em que tenha sido drogada ou dopada por substâncias psicotrópicas ou sintéticas sem consentimento, por seu agressor”.

A proposta tem o mérito de buscar identificar com celeridade os casos de violência contra a mulher em que são utilizadas as substâncias psicoativas para que a mulher fique vulnerável à violência, especialmente violência sexual. No entanto, há o risco de tratar o meio e não a causa. Não é o uso de drogas que causa a violência sexual contra as mulheres. É o machismo estrutural que faz com que homens se sintam empoderados sobre o corpo das mulheres. O uso de drogas não pode ser automaticamente associado à violência sexual, sob pena de revitimizar a mulher vítima de violência.

Uma das importantes demandas das mulheres nos últimos anos é a exigência do reconhecimento do seu direito sobre o próprio corpo. Mesmo as mulheres que bebem, usam drogas, de livre e espontânea vontade, têm garantido o direito sobre o próprio corpo. Isso significa também garantir que o exame toxicológico de que trata o projeto não seja imposto à vítima, mas realizado apenas com seu próprio consentimento.

Feita essa ressalva, reconhecendo o mérito da proposta, manifestamo-nos, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, pela aprovação do Projeto de Lei nº 256, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Reginaldo Sardinha para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 256, de 2019, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “estabelece prioridade para realização do exame toxicológico quando se tratar de violência contra mulher, na rede pública de saúde do Distrito Federal, em que tenha sido drogada ou dopada por substâncias psicotrópicas ou sintéticas sem consentimento, por seu agressor”.

O Projeto de Lei nº 256, de 2019, tem por objetivo estabelecer prioridade para realização do exame toxicológico, quando se tratar de violência contra a mulher, na rede pública de saúde do Distrito Federal. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 256, de 2019.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 256, de 2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falando agora de frente aqui, até porque a *TV Legislativa* está cobrindo, quero dizer a todos os servidores públicos do Distrito Federal: está no Regime Jurídico Único dos servidores do Distrito Federal que qualquer tipo de assédio por parte de chefe, de quem quer que seja, é crime. Esse é um projeto encaminhado pelo Governo Agnelo, votado nesta Casa, e é lei. Qualquer servidor – nos hospitais, nos postos de saúde, onde quer que seja – que esteja assediando outro servidor, está cometendo crime. Isso está no Regime Jurídico Único dos servidores do Distrito Federal. É só cumprir o que está na lei. É crime. Portanto, se alguém está praticando assédio, está sendo criminoso contra os servidores.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu questiono se o Deputado Jorge Vianna nos autoriza a retirar esse projeto de pauta – visto que já tem parecer técnico, e já tem o questionamento do Deputado Chico Vigilante –, para que se possa fazer alteração na legislação, e a gente não vote uma lei em cima da outra. Para aproveitar melhor esse processo aqui, Deputado Jorge Vianna, a gente compensa com outro projeto que V.Exa. queira indicar, até que se chegue a um consenso a respeito desse processo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabou de ser aprovado em primeiro turno um projeto de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha. No parecer do Deputado Fábio Felix, ele argumenta que a matéria estaria legislada por lei anterior da Deputada Telma Rufino, mas isso não criaria óbice para aprovação do projeto atual.

A Deputada Telma Rufino teve que sair, mas pediu que não fosse votado em segundo turno hoje, para que ela possa vir aqui fazer a defesa da tese dela. Portanto, a pedido da Deputada Telma Rufino, peço que não seja votado em segundo turno hoje, caso V.Exa. vá colocar em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato a solicitação do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Inclusive, eu havia citado esse tema aqui, na proposição do Deputado Jorge Vianna. Os dois são parecidos, são legislações muito similares.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, é importante que eu e a Deputada Telma Rufino entremos em consenso, até porque o projeto da Deputada Telma Rufino que virou lei trata de prioridade, mas não estabelece porcentagem. O meu traz porcentagem, bem diferente do projeto da Deputada Telma Rufino.

Então, concordo com a questão do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Em um segundo momento nós vamos debater e voltar com esse projeto de lei aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Sardinha. Deputado Jorge Vianna, podemos passar para o próximo item?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até em respeito à discussão, ao debate, e obviamente ao pedido da Presidência, a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

gente pode retirar o projeto para dar uma melhorada, digamos assim. Mas eu quero deixar claro aqui: não é porque um Deputado está contrário ao projeto que nós devemos retirar de pauta os projetos que foram amplamente debatidos com categorias, com pessoas, senão fica muito frágil.

Imaginem, a gente passa meses e meses fazendo um projeto, e aí um Deputado diz: “eu não quero votar porque assim é igual”, e tudo. Aí a gente tira, com medo. Nós temos as comissões, os Presidentes das comissões. Tudo bem que os pareceres seriam feitos aqui. Nós podemos trabalhar para melhorar os pareceres, para colocar novamente.

Então, eu peço o entendimento da Mesa, da Presidência, dos Líderes, para que a gente possa colocar novamente. Podemos retirar o projeto para debater melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Então, fica retirado o item nº 28. Eu peço ao Deputado Reginaldo Sardinha, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que faça a avaliação necessária e possa trazer um parecer elaborado quanto a essa matéria dita aqui agora.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “institui e inclui a Caminhada Mariana, do Gama, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Jorge Vianna, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Jorge Vianna, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 116, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “institui e inclui a Caminhada Mariana, do Gama, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

O parecer desta comissão é favorável ao projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 116, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “institui e inclui a Caminhada Mariana, do Gama, no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 116, de 2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101, de 2019, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Apresentada uma subemenda de plenário. A Comissão de Segurança, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

sobre o projeto e a subemenda. Já foi aprovado o parecer da Comissão de Segurança sobre o projeto. A Comissão de Segurança deve se manifestar sobre a subemenda.

Solicito ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Roosevelt Vilela, que designe relator para a matéria, tendo em vista que a Deputada Telma Rufino não está em plenário.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, designo o Deputado Reginaldo Sardinha, como suplente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita o parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 101, de 2019, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi apresentada uma subemenda, da qual somos pela admissibilidade e aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer à subemenda está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria. (Pausa.)

Não estando presentes alguns membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nem o Presidente nem o Vice-Presidente, esta Presidência designa a Deputada Júlia Lucy para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 101, de 2019, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto em referência foi aprovado na Comissão de Segurança na forma do substitutivo da relatoria. Foi apresentada a Subemenda nº 2, de Plenário.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 101, de 2019, na forma do substitutivo da Comissão de Segurança, acatada a Subemenda nº 2, de Plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Eu peço às Sras. e aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário. Faltam poucos itens para nós vencermos esta pauta. Nós estamos com o *quorum* limite de 13 Deputados.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 101, de 2019, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi apresentada uma emenda no âmbito da CCJ.

Somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 101, de 2019, na forma da Emenda nº 1 e da Subemenda apresentada em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 101, de 2019, em primeiro turno. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa. para declaração de voto.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a abstenção. Eu e o Deputado Leandro Grass estávamos conversando aqui que nós lemos a matéria, tivemos pouco tempo para estudar. Houve um acordo para votarmos as pautas para as mulheres no mês de março, que não tramitassem nessas comissões, e alguns Deputados pediram no Colégio de Líderes, como o Deputado Roosevelt Vilela, já que não haviam apresentado matérias específicas para mulheres, que fossem votadas outras matérias sem a tramitação devida nas comissões, no plenário.

Como achamos que a matéria é de grande complexidade, queríamos registrar a abstenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ficam registradas três abstenções: do Deputado Fábio Felix, do Deputado Leandro Grass e do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Retificando, o parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 3 abstenções.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 11, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “altera a Resolução nº 287, de 26 de junho de 2017, que institui programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. A Mesa Diretora e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 11, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que “altera a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Resolução nº 287, de 26 de junho de 2017, que "institui programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar".

A Deputada argumenta, na sua justificativa, que, na forma do texto atual, proposto pela Resolução nº 287, de 2017, o dispositivo legal não tem tido efetividade. Com efeito, pela redação do art. 1º, apenas os contratos que envolvam cinquenta ou mais trabalhadores, entre os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados desta Casa, estão obrigados a reservar o percentual mínimo de 2% para mulheres.

Ocorre que, conforme informações repassadas pela Diretoria de Administração e Finanças desta Casa, apenas um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados vigente engloba mais de cinquenta trabalhadores.

Portanto, com o objetivo de dar efetividade ao programa, propõe-se a alteração do percentual mínimo de 2% para 5% extensivo a todos os contratos desta Casa de Leis.

Tendo em vista que a Mesa Diretora foi instada a proferir parecer referente ao mérito desta resolução, o nosso voto é pela aprovação quanto ao mérito da referida proposição.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA –Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 11, de 2019, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "altera a Resolução nº 287, de 26 de junho de 2017, que "institui programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar".

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Resolução nº 11, de 2019.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 11, de 2019, em primeiro turno.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Incluo na pauta o Requerimento nº 297, de 2019.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 297, de 2019, de autoria de vários Deputados, que “requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados nas sessões ordinária e extraordinária do dia 26 de março de 2019 para votação imediata da redação final”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – (NOVO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao Item nº 19, chegamos a um acordo para votá-lo hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Item nº 19:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 226, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Fábio Felix, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, ao Projeto de Lei nº 226, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar”.

Sr. Presidente, em segundo turno, nós vamos opinar, pois eu já havia feito o relatório pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, e 4 e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6, e 7.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, depois da votação do item nº 19, V.Exa. retorne ao item nº 24. Já chegamos a um acordo sobre a emenda.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 226, de 2019, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “dispõe sobre aplicação de multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar”.

Sr. Presidente, no âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade do PL nº 226/2019, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, e pela inadmissibilidade das Emendas nºs 5, 6 e 7.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Reginaldo Sardinha para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por gentileza, eu gostaria de suspender a apresentação do parecer até a votação do próximo item da pauta, retornando em seguida para a CCJ emitir o parecer. Peço autorização de V.Exa. para fazermos isto: deixar em suspenso o parecer da CCJ, passando para o próximo item; depois das discussões que vamos fazer, retornamos ao item ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok. Vamos ao próximo item.

Item nº 24:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 233, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “estabelece diretrizes em relação ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, Deputado Jorge Vianna, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, designo o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir parecer.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja indicado outro relator, senão eu irei atrapalhar o projeto do Deputado.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Designo a Deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, para emitir o parecer da CESC.

Informo que foi apresentada uma emenda na forma de Substitutivo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 233, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “estabelece diretrizes em relação ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal”.

Nosso parecer é pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CESC. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix, que designe relator para a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Leandro Grass, para emitir o parecer da Comissão.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 233, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “estabelece diretrizes em relação ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal”.

O presente projeto de lei cria a necessidade de os estabelecimentos da rede pública ministrarem aulas de noções básicas sobre a Lei nº 11.340/2006, mais

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

conhecida como Lei Maria da Penha. A matéria reveste-se de grande importância nos dias de hoje, considerando que as ocorrências envolvendo esse tipo de delito capitulado na referida lei têm tido significativo aumento.

Não resta a menor dúvida de que devemos, dentro do processo de aprendizagem, conscientizar o cidadão e a cidadã sobre a importância do respeito à pessoa humana, para coibir e proibir qualquer tipo de violência de gênero no âmbito doméstico, familiar, ou de uma relação íntima de afeto.

Assim, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, no mérito, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 233/2019, na forma da Emenda nº 1, Substitutiva de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Reginaldo Sardinha, para emitir parecer sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 233, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Felix, que “estabelece diretrizes em relação ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal”.

O PL nº 233, de 2019, estabelece diretrizes em relação ao ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do PL nº 233, de 2019, na forma do Substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, para discutir.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para deixar claro que inquestionavelmente é meritório a gente debater o tema da violência doméstica nas escolas, mas a proposta do Deputado Fábio Felix está no mesmo rol de muitas propostas já consideradas inadmissíveis no âmbito da CCJ, que são proposições que agregam conteúdos à grade curricular ou a temas transversais, como é o caso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Lembro aos nobres pares e ao próprio Deputado que somente ou unicamente o Conselho Nacional de Educação é quem tem a capacidade de legislar a respeito disso, sendo matéria do âmbito federal.

Era somente isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

A matéria segue a tramitação regimental.

Retornando ao item nº 19, a apreciação do Projeto de Lei nº 226, de 2019, nós já aprovamos aqui, em plenário, o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e o da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Falta agora aprovarmos a matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Sardinha, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Enquanto não há definição, faço uma sugestão aos Srs. Deputados presentes em plenário. Nós temos todos esses projetos já prontos para serem votados em segundo turno, inclusive o da Deputada Júlia Lucy, que podemos apreciar na sessão extraordinária, caso encerremos esta sessão ordinária agora. Pergunto se os Deputados concordam com a votação de todos os projetos em segundo turno na noite de hoje.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar aqui sobre o problema do concurso. A lei que foi editada, ainda no

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 03 2019	15h05min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

ano passado, previa que os concursados, aqueles que estavam no cadastro reserva, pudessem ser convocados – porque estávamos em período da LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a lei contemplou os concursados de 2014, para compensar o tempo da LRF e poder fazer as chamadas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, neste ano. E foi até anunciado pelo Governador Ibaneis que a Secretaria de Saúde tinha interesse e queria fazer uma chamada dos servidores. O que aconteceu? Houve uma denúncia, digamos assim, um pedido do Ministério Público ao Tribunal de Justiça e um julgamento do Tribunal de Justiça com relação à legalidade, à inconstitucionalidade dessa lei.

Então, em caráter liminar, o Tribunal de Justiça julgou inconstitucional a lei que compensava o prazo. Não se trata de prorrogar concurso, e acho que a gente tem que se ater também à terminologia das palavras. Não é prorrogação de concurso, porque concurso não pode ser prorrogado – a não ser pelo tempo já estabelecido em edital. Pode, sim, haver uma compensação, porque o Estado estava cumprindo a LRF. O Tribunal de Justiça, em liminar, julgou inconstitucional, aguardando então o julgamento do mérito pelo plenário. E aí o que eu peço? Eu peço ao Governador Ibaneis – até mesmo porque já sinalizou que quer ajudar, que quer nomear os servidores – que ele se debruce na matéria, que coloque os seus advogados para contestar essa decisão liminar do Tribunal de Justiça. E que façam um debate, para que a gente possa, enfim, ter esse fantasma da inconstitucionalidade dessa lei, porque muitos juristas já falaram que poderia, sim, acontecer, mas por conta de entendimento jurídico foi prejudicado.

Então, eu peço ao Governador Ibaneis que coloque a sua equipe toda, para que, no julgamento, na turma do Tribunal de Justiça, possa fazer uma defesa em favor dos concursados de 2014.

Esse é o pedido, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando, em atendimento ao Requerimento nº 296, de 2019, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para a discussão e a votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 245, de 2019; Projeto de Lei nº 249, de 2019; Projeto de Lei nº 251, de 2019; Projeto de Lei nº 256, de 2019; Projeto de Lei nº 116, de 2019; Projeto de Lei nº 101, de 2019; Projeto de Resolução nº 11, de 2019; Lei 148, de 2019; Lei nº 233, de 2019 e Lei nº 226, de 2019.

Declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h46min.)